



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



World
Heritage
Convention



International Council on
Monuments and Sites
Conseil International
des Monuments et des Sites



RELATÓRIO SOBRE O CENTRO DE HERANÇA MUNDIAL CONJUNTO / ICOMOS / ICCROM

Missão de monitoramento reactivo para
Ilha de moçambique (moçambique) (c 599)
7 – 12 Março 2018



**RELATÓRIO SOBRE A MISSÃO DE ACOMPANHAMENTO REATIVO À ILHA DE
MOÇAMBIQUE
(MOÇAMBIQUE) (C 599)
7 - 12 Março de 2018**

INDICE

ACRÔNIMOS	4
AGRADECIMENTOS.....	5
SUMÁRIO EXECUTIVO E LISTA DE RECOMENDAÇÕES	6
1 ANTECEDENTES DA MISSÃO.....	10
1.1 Introdução.....	10
1.2 Histórico da Inscrição.....	10
1.6 Justificação da missão.....	12
2 POLÍTICA NACIONAL PARA A PRESERVAÇÃO E GESTÃO DA PROPRIEDADE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL.....	13
2.1 Legislação da área protegida	13
2.2 Estrutura institucional.....	14
2.2.1 Coordenação entre vários atores institucionais	15
2.3 Estrutura de gestão.....	15
2.3.1 Fortalecimento contínuo do GACIM.....	17
2.3.2 Interação com parceiros para assistência técnica e captação de recursos.....	18
3 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE QUESTÕES	20
3.1 Gestão	20
3.1.1 Gerenciamento de risco de desastres	20
3.1.2 Avaliação do Impacto Patrimonial (AIS) e o sistema de gestão da Ilha de Moçambique	21
3.1.3 Mecanismo de tomada de decisão para um melhor sistema de gestão.....	22
3.2 Fatores que afetam a propriedade	23
3.2.1 Pressão das infraestruturas turísticas.....	23
3.2.2 Falta de proteção	24
3.2.3 Construção ilegal.....	24
3.2.4 Atraso na finalização e implementação do Plano de Manejo	25
3.2.5 Aumento populacional.....	25
3.2.6 Gerenciamento de resíduos sólidos no bairro macuti.....	26
3.2.7 Mobilidade na Ilha de Moçambique.....	26
3.2.8 Uma estratégia global de desenvolvimento para a ilha de Moçambique.....	26
4 AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO SITE	27
4.1 Estado atual de conservação da propriedade	27
4.1.1 Saneamento	28
4.1.2 Pontos de coleta de água.....	28
4.1.3 Espaços públicos e espaços verdes.....	29
4.1.4 Técnicas tradicionais de construção	29
4.1.5 Edifícios Abandonados da Cidade de Pedra e Cal.....	30
4.1.6 Fortaleza de São Sebastião	30
4.1.7 Museu da Ilha.....	32
4.1.8 Património arqueológico subaquático.....	32

4.2	Intervenções recentes e propostas para o seu impacto potencial na autenticidade	32
4.2.1	Complexo Desportivo.....	32
4.2.2	Projeto do Fortim de São Lourenço	35
4.2.3	Intervenção no Hospital da Ilha de Moçambique	36
4.3	Desenvolvimento de um Plano de Gestão de Conservação	37
4.4	Finalização do Plano de Gestão e seu marco legal para apoiar sua implementação.....	37
4.5	Zona de amortecimento	39
	Os mapas da zona tampão inscrita e da nova zona proposta podem ser encontrados no Anexo	41
4.6	Questões relevantes de conservação que têm um impacto negativo sobre o VUE da propriedade	41
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	43
5.1	Conclusões gerais.....	43
	Plano de Conservação e Gestão.....	43
	Gestão de Risco de Desastres	43
	Avaliação do Impacto sobre o Património (HIA)	43
	Zona tampão	44
	Gestão	44
	Fatores que afetam a propriedade	44
	Espaços Públicos e Verdes	44
	Ação adicional 2 - zona de amortecimento	45
	Ação adicional 3 - Gerenciamento.....	45
	Ação adicional 4 - Fatores que afetam a propriedade	45
	Ação adicional 5 - Pesquisa	46
	Ação adicional 6 - Promoção	46
6	Referências bibliográficas	47
7	ANEXOS	48
	Anexo 1 - Declaração Retrospectiva do Valor Universal Excepcional (RSOUV)	48
	Adoptado em 2015 pela Decisão 39 COM 8.E	48
	Breve Síntese.....	48
	Integridade.....	48
	Autenticidade.....	49
	Requisitos de proteção e gerenciamento.....	49
	Anexo 2 Termos de Referência da missão.....	51
	ANEXO 8 REGISTRO FOTOGRÁFICO	72

ACRÔNIMOS

OC	Órgão Consultivo
PGC	Plano de Gestão de Conservação
DNPC	Direcção Nacional do Património Cultural
DGPCP	Direção Geral do Património Cultural, em Portugal
GACIM	Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique
AIP	Avaliação do Impacto Patrimonial
PUH	Paisagem Urbana Histórica
INGC	Instituto Nacional de Gestão de Calamidades
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
NAU	Nova Agenda Urbana
VUE	Valor Universal Excepcional
DRUE	Declaração Retrospectiva do Valor Universal Excepcional
EDC	Estado de Conservação
TR	Termos de Referência União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (União dos Portugueses Falando em Capitais)
UCCLA	

AGRADECIMENTOS

Os membros desta missão desejam expressar sua gratidão às autoridades nacionais e locais que auxiliaram a UNESCO na organização bem-sucedida desta missão, bem como às partes interessadas e às comunidades atendidas durante a missão.

A equipa da missão apreciou totalmente ser recebido pessoalmente pelo Sr. Celestino Girimula do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique e toda a equipa do GACIM, bem como a equipa do Museu, na Ilha de Moçambique. Expressamos os nossos mais sinceros agradecimentos ao Sr. Célio Tiane, Director da Direcção Nacional do Património Cultural (DNCP), e ao Sr. Celestino Siane, ponto focal na DNPC, em Maputo, pela sua preciosa ajuda na organização desta missão e acompanhamento completo. Agradecemos também a todas as personalidades atendidas por sua cooperação e contribuição para ajudar a missão a alcançar seus objetivos.

A equipe da missão também aprecia todos os esforços gentis oferecidos pelo Sr. Djaffar Moussa-Elkadhum, Chefe do Escritório da UNESCO em Maputo, bem como a Sra. Elia dos Anjos Vaz Bila, da Comissão Nacional da UNESCO. A equipa da Missão lamenta não ter tido a oportunidade de se encontrar com o Gabinete do Ministério da Cultura e Turismo, em Maputo.

Finalmente, um reconhecimento especial é dedicado à população da Ilha de Moçambique, às autoridades locais e às partes interessadas pela sua calorosa recepção, compromisso e diálogo aberto durante a reunião de partes interessadas e a visita ao local.

A equipa da missão reconhece e valoriza os esforços investidos para salvaguardar a Ilha de Moçambique.

SUMÁRIO EXECUTIVO E LISTA DE RECOMENDAÇÕES

Em resposta ao pedido do Comitê do Patrimônio Mundial em sua 40ª sessão (Istambul, UNESCO, 2016), a República de Moçambique convidou uma missão de monitoramento reativa da UNESCO / ICOMOS / ICCROM para a Ilha de Moçambique (Moçambique) (C 599) Propriedade patrimonial para avaliar o estado de conservação do parque imobiliário global da propriedade e a implementação de outras medidas sublinhadas na Decisão 40 COM 7B.15.

A missão decorreu de 7 a 12 de março de 2018. Quatro dias foram passados na Ilha de Moçambique e dois dias em Maputo. A equipe da missão se reuniu com os principais interessados, instituições e órgãos oficiais para poder avaliar o estado de conservação da propriedade e dar suas recomendações.

Resumindo, os principais problemas que afetam a propriedade são:

- Plano de Gestão ainda não finalizado;
- Número crescente de prédios desmoronados ou seriamente destruídos Ameaças à autenticidade por meio de reparos inadequados;
- Falta de controle de desenvolvimento na zona tampão Falta de sistemas adequados de esgoto e água;
- Falta de recursos financeiros e humanos adequados;

A equipe da missão observou que muitos esforços foram feitos desde a última Missão de Monitoramento Reativo (2010) pelas autoridades locais e nacionais para remediar esses fatores. No entanto, ainda há muito a ser feito. O Plano de Gestão ainda não está finalizado, a decadência física de alguns dos edifícios ainda é perceptível, alguns desenvolvimentos do projeto podem afetar a autenticidade da propriedade, a nova zona tampão proposta para a propriedade ainda não foi validada, os problemas de saneamento parecem ser melhor enfrentado, mas ainda não é suficientemente adequado. Finalmente, a falta de pessoal da agência administradora da propriedade (GACIM) é uma questão permanente.

Detalhes sobre cada uma dessas questões são fornecidos neste relatório. As principais recomendações da equipe da missão são apresentadas abaixo:

Recomendação 1 - Definição precisa de limites

O Estado Parte deve fornecer ao Centro do Patrimônio Mundial mapas indicando limites claramente definidos da propriedade através de rótulos como P1, P2, P3, etc., e os limites da zona intermediária propostos, como B1, B2, B3, B4, etc. Logo que a delimitação seja aprovada, as autoridades locais devem iniciar uma campanha para colocar marcadores / sinais ao longo do limite demarcado da zona tampão.

Recomendação 2 - Zona buffer

Quanto à demarcação da nova zona tampão, deve-se considerar o seguinte:

O mecanismo para proteger as características culturais, em particular monumentos, nas áreas da zona tampão deve ser melhorado. Por enquanto, uma ação urgente deve ser tomada para proteger o Palácio do Governador na Cabaceira do colapso. Além disso, um novo projeto tem que ser desenvolvido sobre como resgatar a “Rampa da Escravatura” do atual estado de conservação (em 2016, foi toda rebocada com cimento), o que impactou sua autenticidade e integridade. O GACIM deve trabalhar com os administradores dos distritos, nomeadamente Mossuril e Ilha de Moçambique nesta preocupação.

Recomendação 3 - Base jurídica para a gestão da propriedade e sua zona de tampão

O plano de manejo e a zona-tampão devem ser cobertos por suas próprias resoluções ministeriais legais. Estas são duas questões estatutárias. A área protegida da zona de amortecimento deve ser publicada o mais breve possível. O Plano de Conservação e Gestão deve ter as datas removidas (as datas propostas são: 2018-2022) ou deve ter um prazo de 10 anos. Deve também ser publicado, o mais rápido possível. O Estado Parte deve submeter ao Centro do Patrimônio Mundial: o Plano de Gestão atualizado; o quadro legal recentemente aprovado; e a área de proteção da zona de amortecimento publicada (incluindo os regulamentos para a zona de amortecimento).

Recomendação 4 - Plano de gestão

O ritmo para a conclusão do Plano de Gestão deve ser aumentado para completar este importante documento. A equipa da missão está ciente do actual progresso na MP e toma nota com satisfação de que o processo aproveita o dinamismo interno para explorar e abraçar uma perspectiva mais ampla da diversidade cultural e da indústria criativa na Ilha de Moçambique. Foi observado também que a visão do Plano de Gestão da Conservação (CMP) é inclusiva e integra diferentes abordagens do HUL (UNESCO) e da Nova Agenda Urbana (Habitat III). No entanto, o Plano de Conservação e o Plano de Manejo precisam ser concluídos e publicados o quanto antes, e não postergados. Uma estratégia de mobilidade deve ser incluída no CMP.

Recomendação 5 - Processamento e aprovação de autorizações de construção

O Comitê Técnico constituído pelo Município e pelo GACIM, com relação à emissão de licenças de construção, deve ser reforçado. A resolução da GACIM sobre este assunto deve ser a decisão final. Atualmente, o Município emite a licença de construção e pode vetar a decisão do GACIM, mas isso não deve acontecer. O Município não deve ter um poder de sobreposição nas decisões do GACIM. Em caso de divergência, deve ser necessária uma decisão técnica. Se o caso não for resolvido, o Diretor da DGPC deve intervir. Mas, em todos os assuntos relacionados à conservação, o GACIM deveria ter o último mundo.

Recomendação 6 - Estratégia de conservação integração dos planos de conservação e atividades de manutenção

É muito importante abordar e considerar a ilha como um todo e não como duas cidades. É essencial que uma Estratégia de Conservação e Manutenção seja aplicada em toda a ilha, pois após a intervenção, os edifícios não são mantidos. É aconselhável que o Estado Parte desenvolva uma Estratégia de Conservação para curto, médio e longo prazo, definindo prioridades para conservação e manutenção da propriedade. Se não, como resultado, alguns anos depois, todo o processo de intervenção de cada edifício deve ser reiniciado. Os Planos de Conservação também devem ser desenvolvidos para responder claramente às prioridades e diretrizes para a conservação das diferentes propriedades. Os Planos de Conservação também devem incluir diretrizes específicas de conservação para cada um e todos os componentes da propriedade. Isso ajudará a orientar as partes interessadas e os habitantes a abordar os requisitos de conservação mais adequados, evitar possíveis irregularidades e ou interpretações incorretas. Além disso, a intervenção de conservação é diferente da manutenção. Um fundo permanente é necessário apenas para tratar de atividades de manutenção (por exemplo, para ter recursos financeiros anuais para lavar os prédios).

Em particular, o Plano de Conservação deve abordar claramente a questão da reconstrução. Além disso, a equipe da missão recomenda que o Plano de Conservação seja publicado separadamente do Plano de Manejo.

Recomendação 7 - Gestão de riscos de desastres

A equipe da missão recomenda que os seguintes pontos sejam considerados na discussão do plano de preparação para desastres: o procedimento para preparação de riscos para o patrimônio cultural deve ser integrado dentro do Plano Nacional de Gerenciamento de Riscos. Isto dará uma plataforma e uma atenção para questões relacionadas com o patrimônio cultural no Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGC). O plano de preparação para riscos também deve considerar os desafios da transformação rápida como uma fonte de vulnerabilidade. Isso permitirá que as autoridades sejam mais vigilantes e melhor preparadas para a pressão do desenvolvimento.

Recomendação 8 - Construção de capacidade

Há necessidade de mais conhecimento e capacitação do pessoal do GACIM, Museu e Município. Em particular, o GACIM precisa ser mais treinado em nível internacional em relação ao Patrimônio Mundial. O emprego de profissionais qualificados dentro do pessoal da GACIM deve ser aumentado. Isso dará ao corpo a confiança necessária em relação à decisão técnica relacionada às licenças de construção, aumentará o conhecimento sobre as melhores práticas na intervenção de conservação e resultará em um melhor gerenciamento da propriedade. A prioridade é ter arquitetos trabalhando em tempo integral na propriedade e, se possível, também um engenheiro civil com conhecimento do patrimônio e um arqueólogo treinado para tratar da arqueologia geral e da arqueologia subaquática. Pode ser útil para o Estado Parte desenvolver uma Estratégia Nacional de Capacitação para assegurar que os responsáveis pela gestão e conservação da propriedade (em todos os níveis) tenham as habilidades e capacidades necessárias. Os órgãos consultivos estariam disponíveis para trabalhar com o Estado Parte no desenvolvimento de tal estratégia.

Recomendação 9 - Saneamento e coleta de água

Há uma necessidade de uma intervenção eficiente e estratégica na cidade de macuti para resolver os desafios relacionados a pontos de coleta de água, saneamento e espaço público. A equipa da missão encoraja as autoridades locais a continuarem com os seus esforços para recolher e eliminar adequadamente a gestão de resíduos para melhorar ainda mais a situação na área da cidade de macuti e na Ilha de Moçambique. A equipe da missão incentiva as autoridades locais a continuarem desenvolvendo esforços para continuar melhorando as condições sanitárias nos espaços públicos, especialmente nas praias.

Recomendação 10 - São Sebastião fortaleza falta de acompanhamento

A equipe da missão está preocupada com a falta de acompanhamento em relação à Fortaleza de São Sebastião. Oito anos atrás, houve uma grande intervenção financeira na fortaleza. Acompanhamento sobre isso não é visto hoje em dia. Esta deve ser uma prioridade-chave a ser abordada. No entanto, a Fortaleza tem um imenso potencial para ser um local especial para atividades culturais e sociais na Ilha de Moçambique.

Recomendação 11 - Pequena fortaleza da proteção de são lourenço

O projeto de desenvolvimento de projeto solicitado para a Fortaleza de São Lourenço pode afectar a autenticidade e integridade da propriedade. Portanto, nos termos do Parágrafo 172 do Acordo Operacional Diretrizes, o novo projeto para o Fortim de São Lourenço deve ser submetido à UNESCO WHC e seus órgãos consultivos para revisão.

Uma avaliação de impacto patrimonial para a pequena fortaleza também é necessário.

Recomendação 12 - Intervenção do museu das ilhas

O Museu da Marinha está presentemente com sérios problemas de parede infiltração. Antes que a situação piore, a intervenção de conservação deve ser abordada nas suas paredes. As atividades anuais de manutenção também devem ser consideradas para proteger propriedade do museu.

Recomendação 13 - Intervenção no hospital da ilha de moçambique

O Hospital da Ilha de Moçambique está em piores condições do que quando a intervenção obras iniciadas em 2014. Atualmente, apenas um edifício está em uso dos 17 prédios compor todo o conjunto arquitetônico. Dois dos edifícios ainda tinham o telhado e o gesso completamente removido. A equipe da missão recomenda, a fim de evitar a deterioração acelerada de edifícios descobertos, para urgentemente abordar medidas para proteger o edifício do telhado e paredes, antes que seja tarde demais. Também é fortemente recomendado que o único edifício do hospital seja usado, devido à sua importância crucial para o bem-estar dos habitantes da ilha, ser intervenção de conservação completa que assegure suas condições de uso.

Recomendação 14 - Espaços públicos e verdes

Uma solução abrangente é necessária para melhorar a qualidade de vida dos habitantes do bairro macuti. A ideia de fechar, pavimentar e plantar árvores ao longo de todo o beco dos canais de drenagem abertos que cruzam a cidade de macuti poderiam ter uma eficiente e transformadora impacto positivo na área. As comunidades internacionais devem ajudar o Estado Parte em tais esforço.

Recomendação 15 - Investimento equilibrado e desenvolvimento

Devido ao rápido aumento de investidores nacionais e internacionais que operam e tentam melhorar suas operações na ilha, é importante mencionar a necessidade de mais equilíbrio investimento entre os setores privado e estatal, mas também para um fortalecimento social e investimento do setor privado na cidade de macuti. Isso contribuirá para evitar novas futuras divisões sociais entre a cidade de pedra e cal, onde a maioria dos investidores são compra de propriedades de casa, e macuti cidade onde os habitantes deixam em muito pobres e condições de vida inadequadas. A equipe da missão incentiva fortemente as autoridades locais a desenvolver uma estratégia de reutilização adaptativa dentro da propriedade para promover um crescimento população e desenvolvimento inclusivo na ilha.

Recomendação 16 - abordagem de intervenção e terminologia

É necessário redefinir a abordagem de intervenção em relação a cada categoria de edifício, foi instituído pelo decreto 54/2016, 28 de novembro, capítulo V. Atualmente, nas classes C e D, apenas a fachada e a altura do edifício são preservadas.

Nova tipologia espacial e novas materiais estão sendo usados. Nenhuma cultura de construção tradicional específica está sendo seguida.

De acordo para o decreto 54/2016, nas classes C e D, o uso de materiais tradicionais é apenas fachada. Além disso, é preciso ter clareza sobre a terminologia relacionada à intervenção patrimonial. Durante a missão, ao abordar qual o grau de intervenção a ser considerado, percebeu-se a existência de alguma confusão em relação a terminologia e conceitos por parte da equipe do GACIM, mas também por arquitetos que trabalham na ilha. Nem todos os graus de intervenção são “reabilitação”. Conceitos e procedimentos mais bem definidos devem ser introduzidos no texto do Decreto nº54 / 2016. Isso esclarecerá melhor os procedimentos a serem tratados no Plano de Conservação e evitará mal-entendidos sobre como intervir, quando abordar a reconstrução e quando evitar a intervenção invasiva.

Recomendação 17 - desenvolver procedimentos formais de documentação e proteção do patrimônio arqueológico subaquático

Há uma necessidade de desenvolver uma abordagem mais sistemática com procedimentos claros para identificação, coleta de dados e proteção dos restos arqueológicos subaquáticos. Por isso, recomenda-se abordar um método mais consistente de documentação e proteção do patrimônio arqueológico subaquático moçambicano.

1 ANTECEDENTES DA MISSÃO

1.1 Introdução

Em resposta ao pedido do Comitê do Patrimônio Mundial em sua 40ª sessão (Istambul, UNESCO, 2016), a República de Moçambique (doravante denominada Estado Parte) convidou uma missão conjunta de Monitoramento Reativo da UNESCO / ICOMOS / ICCROM para a Ilha de Moçambique. Propriedade patrimonial para avaliar o estado de conservação do parque imobiliário global da propriedade e a implementação de outras medidas sublinhadas na Decisão 40 COM 7B.15. O Estado Parte convidou oficialmente a missão conjunta por carta de 8 de dezembro de 2017.

Ao visitar a propriedade, a equipa da missão esteve sempre acompanhada pelo Director do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM). Em Maputo, o mesmo aconteceu com o ponto focal do Departamento de Monumentos da Direcção Nacional do Património Cultural (DNCP), Ministério da Cultura, que participou em todas as visitas da Missão na capital.

1.2 Histórico da Inscrição

A Ilha de Moçambique foi inscrita na Lista do Património Mundial em 1991 na 15ª sessão do Comité do Património Mundial (Carthage, Tunísia) sob os critérios (iv) e (vi). Localização: S15 2 3,012; E40 44 8,988

Imóvel WHC Referência: 599

Mapa da propriedade: Durante o procedimento de inscrição, o Estado Parte apresentou mapas da Ilha de Moçambique, em redor do continente, com indicação da zona tampão (ver Anexo 6).

1.3 Descrição

A Ilha de Moçambique é um recife de coral calcário situado a 4 km da costa continental na entrada da Baía Mossuril do Oceano Índico, na Província de Nampula, na República de Moçambique. Tem aproximadamente 3 km de comprimento e entre 200 e 500 m de largura, cobrindo uma área de aproximadamente um quilómetro quadrado.

Uma ponte construída na década de 1960 une a ilha ao continente. A ilha forma um arquipélago com duas pequenas ilhas desabitadas, as Ilhas de Goa e Sena a leste.

A zona de amortecimento tem 3 km de largura em um trecho litorâneo de Sancul até o aeroporto ao sul de Lumbo.

Um trecho costeiro de 3 km de largura, desde o Mossuril Creek até a Cabaceira Pequena.

A cidade fortificada de Moçambique está localizada nesta ilha, que era um antigo posto comercial português na rota para a Índia. Sua surpreendente unidade arquitetônica se deve ao uso consistente, desde o século XVI, das mesmas técnicas construtivas, dos mesmos materiais de construção (pedra e macuti) e princípios decorativos.

1.4 Critérios e Valor Universal Excepcional

A Declaração Retrospectiva do Valor Universal Excepcional (RSOUV) para a propriedade foi adotada pelo Comitê do Patrimônio Mundial pela Decisão 39 COM 8.E (Bonn, 2015).

Um resumo é fornecido nesta seção. Todo o RSOUV pode ser encontrado no Anexo 1 ou abaixo:

<http://whc.unesco.org/en/list/599/>.

A Ilha de Moçambique tem dois bairros distintos com diferentes tipologias de habitações e morfologia urbana. A vizinhança de pedra e cal (vulgarmente conhecida como a Cidade de Pedra) de Swahili, influências árabes e europeias na metade norte, e a cidade de telhados de folhas de palmeiras, com pedras mais tradicionais, com telhado de palha (comumente conhecido como macuti). Earthen arquitetura africana no sul. A cidade de pedra e cal, com as suas propriedades administrativas e comerciais, foi a primeira sede do governo colonial Português que durou de 1507 a 1898. Posteriormente, a capital foi transferida para Lourenço Marques, agora Maputo. O tecido urbano e as fortificações da Ilha de Moçambique são exemplos excepcionais de técnicas de arquitetura e construção resultantes da diversidade cultural e da interação de pessoas de origem Bantu, Swahili, Árabe, Persa, Indiana e Europeia.

A incrível unidade arquitetônica da ilha deriva do uso ininterrupto das mesmas técnicas de construção com os mesmos materiais e os mesmos princípios decorativos. O patrimônio da ilha também inclui sua fortaleza mais antiga (St. Sebastian, 1558-1620), outros edifícios defensivos e numerosos edifícios religiosos (incluindo muitos do século XVI). A Ilha de Moçambique foi inscrita sob os seguintes critérios:

Critério (iv): A cidade e as fortificações na Ilha de Moçambique são um exemplo notável de uma arquitetura na qual as tradições locais, as influências portuguesas e, em menor grau, as influências indianas e árabes estão todas entrelaçadas.

Critério (vi): A Ilha de Moçambique é um importante testemunho do estabelecimento e desenvolvimento das rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o subcontinente indiano, e daí toda a Ásia.

1.5 Exame do estado de conservação pelo Comitê do Patrimônio Mundial

A presente Missão de Monitoramento Reativo é uma resposta à Decisão 40 COM 7B.15 do Comitê do Patrimônio Mundial (Istambul, UNESCO, 2016) solicitando que o Estado Parte de Moçambique “convide uma missão conjunta de monitoramento reativo da UNESCO / ICOMOS / ICCROM para avaliar a propriedade. o estado de conservação do estoque geral da construção.”

A última Missão de Monitoramento Reativo na Ilha ocorreu em 2010. Desde então, os fatores que afetam os bens identificados nos relatórios de estado de conservação apresentados pelo Estado de Moçambique são:

- Plano de Gestão ainda não finalizado
- Número crescente de prédios desmoronados ou seriamente destruídos Ameaças à autenticidade por meio de reparos inadequados
- Falta de controle de desenvolvimento
- Falta de sistemas adequados de esgoto e água
- Falta de recursos financeiros e humanos adequados

O presente relatório examina todos esses fatores e avalia o estado de conservação da propriedade.

1.6 Justificação da missão

Conforme solicitado pelo Comitê do Patrimônio Mundial, o Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique convidou para a propriedade uma Missão de Vigilância Reativa conjunta WHC / ICOMOS / ICCROM. Esta missão realizou-se de 7 a 12 de março de 2018 na ilha de Moçambique e em Maputo.

Os principais objectivos da missão foram:

1. Avaliar o progresso feito na revisão do Plano de Conservação e Gestão (com particular atenção à preparação para desastres, aumento populacional na ilha, fortalecimento continuado do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM), coordenação entre vários intervenientes institucionais, mais interacção com parceiros para assistência técnica e captação de recursos);
2. Avaliar a proposta de revisão da zona de amortecimento, em conformidade com o parágrafo 107 das Diretrizes Operacionais;
3. Avaliar o progresso feito pelo Estado Parte para atualizar a legislação para a proteção e conservação da propriedade;
4. Avaliar a aplicação das recomendações feitas ao projecto Hotel Desportivo de acordo com o Parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais;

5. Avaliar as intervenções realizadas na reabilitação do Hospital da Ilha de Moçambique; a proposta do projeto SOLNATUR para a Fortaleza de São Lourenço; e outros projetos de desenvolvimento de acordo com o parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais; e considerar como a Avaliação do Impacto da Herança (AIS) poderia ser abordada, em conformidade com o Parágrafo 110 das Diretrizes Operacionais.

6. Avaliar o estado geral de conservação da propriedade e a eficácia dos regimes de proteção e manejo.

7. Fornecer recomendações para medidas para lidar com ameaças ou vulnerabilidades.

Os termos de referência da missão, os itinerários, o programa e a composição da equipe da missão são fornecidos nos Anexos 2, 3 e 4.

2 POLÍTICA NACIONAL PARA A PRESERVAÇÃO E GESTÃO DA PROPRIEDADE DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

2.1 Legislação da área protegida

Em relação à estrutura de legislação protegida aprovada para salvaguardar a Ilha de Propriedades do Patrimônio Mundial de Moçambique, atualmente os decretos que foram publicados são:

1) Em 2006, o Conselho de Ministros aprovou:

a) O Decreto Nº 27/2006, de 13 de Julho de 2006, que publica o Estatuto Específico da Propriedade do Património Mundial da Ilha de Moçambique;

b) O Decreto Nº 28/2006 de 13 de Julho de 2006 que apoia a criação do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) para assegurar a conservação, preservação, restauração do património cultural da Ilha. Moçambique, bem como a sua disseminação a nível internacional e nacional, e o estabelecimento das regras que definem a organização e decisão do GACIM.

2) Em 2016, o Conselho de Ministros aprovou:

a) O Decreto n.º 54/2016, de 28 de novembro de 2016, que apoia o regulamento sobre a classificação e gestão do património edificado e paisagístico da ilha de Moçambique; o glossário; o mapa da área de proteção costeira da ilha; o mapa das praias abertas e recursos visuais; o mapa da infraestrutura rodoviária; o catálogo de edifícios classificados da cidade de pedra e cal na Ilha de Moçambique (ver Anexo 6).

Ao analisar os decretos publicados, os seguintes problemas surgem do decreto de 2016:

1) Os regulamentos relativos ao património construído abordam apenas a cidade de pedra e cal. Os regulamentos de património relativos à cidade de macuti ainda estão em falta e precisam ser publicados.

2) O Artigo 8 aborda a manutenção em 6 linhas, o que claramente não é suficiente.

3) No artigo 10, ponto 5, menciona que novos materiais podem ser usados em novas construções sempre considerando “o espírito do lugar”. No entanto, durante a visita a diferentes locais da ilha, a equipe de missão observou que novos materiais como concreto e blocos de cimento eram aplicados livremente na construção interior de edifícios pertencentes às categorias C e D. Como a GACIM não tem profissionais técnicos suficientes para fazer inspeção de todos os edifícios, notou-se que vários edifícios foram construídos em concreto, e a fachada original foi respeitada (fig. 12, Anexo 8).

Às vezes, observou-se que até a fachada está sendo reconstruída, como cópia do original, em pedra e cal (fig. 22, Anexo 8).

4) O artigo 14.º refere no ponto 5 que não há cor específica a seguir e o ponto 6 refere que apenas o tom deve ser respeitado. Como pode ser observado na ilha à beira-mar (fig. 195, fig. 198, Anexo 8), vários edifícios de cores muito brilhantes estão presentes em toda a ilha. Não houve controle sobre esta preocupação do GACIM, e os tons dos novos edifícios estão começando a ficar mais vibrantes do que antes, mudando os tons históricos de toda a ilha (fig. 195 e fig. 198, Anexo 8).

5) O artigo 34.º refere-se a edifícios da categoria C. A existência de terminologia ambígua na alínea b), permite a utilização de materiais e técnicas modernos, bem como a possibilidade de reconstituir o tecido espacial no interior dos edifícios.

6) O Artigo 35 aborda os edifícios da Categoria C. O ponto a) permite explicitamente a possibilidade de reconstruir a fachada original, a estrutura e o volume. Esta situação refere-se a 63% dos edifícios da cidade de pedra e cal.

7) O artigo 42 refere-se à questão de impedir a construção não autorizada. O artigo endossa o município para parar a construção a pedido do GACIM. A equipe da missão recomenda que o GACIM tenha a última palavra a respeito, proibindo trabalhos de construção, quando há procedimentos irregulares sendo seguidos. Foi observado pela equipe da missão que alguns projetos conseguem ser construídos sem o consentimento do GACIM, e nada poderia ser feito para mudar a situação.

8) Glossário, o fato de que algumas das explicações terminológicas são ambíguas (por exemplo, reabilitação) levou ao uso flexível dos termos. Por exemplo, percebeu-se que o termo “reabilitação” seria usado por arquitetos, funcionários estaduais, construtores e a população em geral, para todos os diferentes graus de intervenção, desde a reconstrução até a restauração e conservação. Como resultado, o grau de intervenção e o sistema tradicional de construção não foram mais considerados na avaliação do projeto pelo GACIM e pelos arquitetos, apenas o procedimento de uso de materiais tradicionais e seguindo as proporções corretas seria inspecionado. Se uma parede original é destruída e reconstruída seguindo os sistemas e materiais tradicionais, o procedimento de reconstrução é em geral aceito. Como consequência, o uso de terminologia incorreta implica o uso de procedimentos incorretos de conservação.

2.2 Estrutura institucional

O órgão governamental responsável pela proteção do patrimônio cultural em Moçambique é o Ministério da Cultura e, mais especificamente, a Direção Nacional do Patrimônio Cultural. A propriedade do Patrimônio Mundial da Ilha de Moçambique está, portanto, sob a jurisdição e supervisão desta Diretoria, em Maputo. Para proteger a propriedade do Patrimônio Mundial, a DNPC colabora com outras instituições, como o escritório da UNESCO-Maputo, a Comissão Nacional da UNESCO, outros Ministérios, universidades e instituições moçambicanas.

A Ilha de Moçambique é o único sítio moçambicano inscrito na Lista do Patrimônio Mundial até à data. A Ilha de Moçambique possui um estatuto específico publicado pelo Decreto nº 27/2006, de 13 de Julho de 2006. O decreto aplica-se a todo o patrimônio cultural da ilha, incluindo o patrimônio edificado, o patrimônio arqueológico subaquático e o patrimônio cultural imaterial.

O Decreto nº 27/2006 também fornece um quadro legal para projectos a serem desenvolvidos na ilha, integrados no “Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integrada da Ilha de Moçambique” (Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integrada da Ilha de Moçambique). Este programa, assim como a conservação, preservação e restauração de todo o património cultural na propriedade do Património Mundial, é coordenado pelo GACIM, Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM - Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique).

2.2.1 Coordenação entre vários atores institucionais

O Decreto nº 27/2006, de 13 de Julho de 2006, estabelece as regras específicas para uma coordenação equilibrada entre os diferentes intervenientes envolvidos na reabilitação e desenvolvimento da Ilha de Moçambique.

Maputo, a Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC) desenvolveu, em diferentes momentos, vários esforços de colaboração com o escritório da UNESCO-Maputo, a Comissão Nacional para a UNESCO, a Universidade de Eduardo Mondlane, a Universidade de Lúrio, entre outras instituições, responder a diferentes propostas internacionais de financiamento e atender às diferentes necessidades de preservação da Ilha de Moçambique, seguindo a Convenção do Património Mundial e a implementação das Diretrizes Operacionais.

Na Ilha de Moçambique, o GACIM desenvolveu vários esforços de colaboração com diferentes partes interessadas, como o Museu da Marinha na Ilha ao abordar a formação de pessoal; a Universidade de Lúrio ao abranger o futuro uso da Fortaleza de São Sebastião; a Universidade Eduardo Mondlane ao abordar a arqueologia subaquática; o Município da ilha ao conceder licenças de construção, etc.

É relevante mencionar que todos os esforços desenvolvidos são realizados sob o Decreto nº27 / 2006, de 13 de julho de 2006, que prevê o estabelecimento de regras articuladas e coordenadas entre os órgãos governamentais, na implementação do “Desenvolvimento Humano Sustentável e Programa Integrado de Conservação da Ilha de Moçambique ”; também concede proteção legal a projetos desenvolvidos no âmbito do programa acima mencionado; cria mecanismos adequados para a implementação desses projetos; e assegura uma maior proteção legal e facilidades para investidores nacionais e estrangeiros, incluindo o setor privado, para operar na ilha.

Durante a missão, foi notado que a DNPC em Maputo e o GACIM na Ilha de Moçambique desenvolveram nos últimos anos um esforço de colaboração colectiva entre os diferentes intervenientes. Isto também foi possível, graças à vontade das diferentes partes interessadas, de colaborar com a DNPC e o GACIM e, portanto, contribuir para a proteção e importância da Ilha de Moçambique.

No entanto, devido ao rápido crescimento do número de investidores nacionais e internacionais que operam e tentam aumentar as suas operações na ilha, é importante mencionar a necessidade de um melhor equilíbrio entre o investimento privado e estatal, mas também o investimento social e tangível do investimento. setor privado na cidade de macuti. Isso contribuirá para evitar futuras divisões sociais entre a cidade de pedra e cal, onde a maioria dos investidores está comprando propriedades, e a cidade macuti, onde os habitantes saem em condições precárias e inadequadas.

2.3 Estrutura de gestão

O GACIM, Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, é uma instituição técnica pública, sob a supervisão da Direção Nacional do Património Cultural. O Decreto nº28 / 2006 de 13 de julho de 2006 é o instrumento legal que outorga à GACIM a coordenação local relativa à proteção da propriedade do Patrimônio Mundial, assegura à GACIM como uma entidade legal independente, com autonomia administrativa e estabelece a estrutura de seu status orgânico. O decreto também publica as competências do diretor e de cada

O GACIM possui uma estrutura de gerenciamento (ver Anexo 5) coordenada por um Diretor, assistido por um Secretário, e organizado em três Departamentos: (1) O Departamento de Proteção Arquitetônica, Histórica e Arqueológica; (2) o Departamento de Proteção ao Turismo Ambiental e Cultural; e (3) o Departamento da Divisão de Administração e Finanças; conforme Art.5 do Decreto nº 28/2006.

(1) O Departamento de Proteção Arquitetônica, Histórica e Arqueológica é estabelecido por: Divisão de Proteção Arquitetônica e Divisão de Proteção Histórica e Arqueológica;

(2) O Departamento de Proteção ao Turismo Ambiental e Cultural é estruturado por: Divisão de Proteção Ambiental e Divisão de Proteção ao Turismo Cultural;

(3) A Divisão do Departamento de Administração e Finanças tem sua supervisão direta como secretário-geral.

O GACIM deve ter 37 funcionários para responder plenamente aos papéis e responsabilidades reconhecidos pelo Decreto nº 28/2006, de 13 de julho de 2006, em apoio à ratificação da Convenção do Patrimônio Mundial, e à implementação das Diretrizes Operacionais sobre a Propriedade do Patrimônio Mundial. da Ilha de Moçambique.

Atualmente, há um total de 12 pessoas que trabalham em tempo integral no GACIM, que é um terço do pessoal necessário, e claramente não é suficiente. A crise financeira enfrentada por Moçambique durante os últimos anos resultou na diminuição do número de pessoas que trabalham para o GACIM, e na falta de pessoal com habilidades técnicas completas para responder a maiores e maiores responsabilidades. A GACIM, como uma agência técnica, não tem nenhum arquiteto, engenheiro ou arqueólogo que possa responder totalmente a todos os desafios que o patrimônio cultural da ilha enfrenta.

O Decreto nº 28/2006 também determina que uma abordagem coletiva seja empreendida sob a coordenação do GACIM através do estabelecimento de uma Diretoria Coletiva e uma Comissão Técnica. A direção coletiva deve ser constituída pelo diretor da GACIM, os chefes de departamento e os chefes de divisão. Como não há pessoal suficiente, não houve uma indicação completa dos chefes de Departamento e Divisão. Portanto, a este respeito, uma abordagem de gestão coletiva não foi realizada e toda a gestão de coordenação foi colocada sobre os ombros do Diretor GACIM.

Com relação à Comissão Técnica Coletiva, conforme Art.15 do Decreto nº 28/2006, o órgão é constituído pelo Diretor da GACIM, seu chefe de departamento (representado por um membro da equipe da GACIM), o diretor do Museu, um representante do Estado, um representante do Município, um representante da Sociedade Civil e um representante da UNESCO na Ilha. Se necessário, o diretor do GACIM pode convidar outras personalidades para participar das reuniões.

Atualmente, a Comissão Técnica Coletiva está trabalhando e tem reuniões regulares. No entanto, durante a visita missionária, percebeu-se que a Comissão Técnica não e nem sempre integra em suas reuniões um representante da sociedade civil da cidade de macuti. Isso tem um impacto relevante na sociedade, pois os habitantes macuti frequentemente sentem que sua visão e interesse não são considerados no processo de tomada de decisão.

2.3.1 Fortalecimento contínuo do GACIM

O GACIM precisa continuar fortalecendo seu papel e impacto, o que é possível (1) melhorando as habilidades do pessoal; e (2) melhorar o impacto local em relação à tomada de decisão.

(1) Em relação ao pessoal: É inquestionável que o GACIM precisa reforçar as competências das pessoas que trabalham para esta agência técnica:

a) Fortalecer as habilidades e a perícia de sua equipe técnica: isso é possível melhorando a sua formação internacional em conservação (que alguns deles vêm realizando com mestrado em conservação e restauração no exterior) e sua formação em gestão do Patrimônio Mundial (através de cursos internacionais organizados pela WHC, ICCROM ou ICOMOS). O GACIM também deve ser apoiado para ter mais exposição através da colaboração e parceria com instituições que lidam com tarefas similares em outros países da região, como Stone Town de Zanzibar, Lamu no Quênia e Aapravasi Ghat nas propriedades do Patrimônio Mundial das Ilhas Maurício.

b) Contratação de 4 especialistas: É urgentemente necessário contratar pelo menos 2 arquitetos especializados em conservação do patrimônio; engenheiro estrutural com expertise em patrimônio; e um arqueólogo com experiência em arqueologia histórica e arqueologia subaquática. A contratação de pelo menos 4 especialistas em tempo integral contribuirá definitivamente para a melhoria da conservação do patrimônio cultural na ilha, para a definição de uma estratégia unificada de conservação e para o aprimoramento das habilidades e competências do pessoal, bem como dos resultados da equipe. Em termos específicos, é necessário um arquiteto em tempo integral para abordar os procedimentos de conservação e práticas de conservação na cidade de pedra e calcário e nos monumentos classificados da ilha. Outro arquiteto também é necessário com experiência em assentamentos tradicionais e sua conservação, para abordar especificamente os desafios da cidade de macuti. Esta é uma tarefa urgente. Um engenheiro com experiência em patrimônio é necessário para ajudar a avaliar a resposta estrutural dos prédios arquitetônicos em toda a ilha, mas também para trabalhar na preparação de um plano de preparação de riscos para pessoas e patrimônio na propriedade do Patrimônio Mundial.

(2) Em relação à tomada de decisão local: É fundamental que a GACIM não seja apenas responsável por uma avaliação técnica sobre a liberação de licenças de construção. Atualmente, o Município da Ilha de Moçambique é responsável pela emissão da permissão final para construir. Quando o GACIM não permite que a construção continue, foi observado pela equipe da missão que os construtores e empreiteiros conseguem dar a volta à lei apelando diretamente ao Ministério ou ao Município. Isto não aconteceria se a GACIM tivesse a decisão final legal sobre permissões de construção na Ilha de Moçambique.

Dadas as necessidades acima, pode ser útil para o Estado Parte desenvolver uma Estratégia Nacional de Capacitação para assegurar que as habilidades e competências disponível no âmbito nacional para a conservação e gestão da propriedade do Patrimônio Mundial.

2.3.2 Interação com parceiros para assistência técnica e captação de recursos

Nos últimos anos, devido à crise económica de Moçambique, a interacção e colaboração entre as partes interessadas aumentou, não só em Maputo, através da Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC), mas também na Ilha de Moçambique através do GACIM.

Em Maputo, vários pedidos de assistência técnica e angariação de fundos foram submetidos pela DNPC. Este é o caso, por exemplo, do pedido de assistência internacional submetido ao Fundo do Património Mundial; o pedido apresentado ao fundo do PNUD; Isto foi possível graças a um esforço colaborativo desenvolvido entre a DNPC e a UNESCO-Maputo e a Comissão Nacional para a UNESCO.

Na Ilha de Moçambique, houve várias interacções do GACIM com parceiros, como a Cooperação Portuguesa, constituída pelo UCCLA - União das Cidades Capitais Luso-Américas-Asiáticas, IPAD - Português Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (Instituto de Apoio ao Desenvolvimento), Instituto de Cooperação de Camões e Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) do Ministério da Cultura. Recentemente, foi assinado um Memorando de Entendimento entre o Instituto Camões, a DGPC e o GACIM. Como resultado, o GACIM receberá alguma capacitação ao receber recursos de assistência técnica. Isto será possível: (1) Contratando um arquiteto em meio período da Universidade de Lúrio para ajudar o GACIM; (2) Assegurar o desenvolvimento de missões técnicas da DGPC à Ilha de Moçambique, através de actividades anuais planeadas para a preservação do património cultural, arquitectónico e arqueológico da ilha.

Esse tipo de iniciativa é muito positivo, pois aborda a assistência técnica e abre a possibilidade de desenvolver outras actividades com base em captação de recursos adicionais. No entanto, é importante que o financiamento não seja desperdiçado no pagamento de um profissional que visite apenas a ilha ocasionalmente. A relevância deve ser direccionada para melhorar as habilidades de trabalho da equipe e ajudar os arquitetos contratantes da GACIM a trabalhar em tempo integral na propriedade do Património Mundial.

Além disso, recomenda-se que a Direcção Nacional do Património Cultural em Maputo desenvolva outras parcerias que abordem questões e actividades relevantes que precisam de ser realizadas. Por exemplo, existem fundações internacionais (por exemplo, rede de desenvolvimento Aga Khan) que poderiam contribuir para enfrentar os desafios do saneamento nas cidades de macuti. Existem também ONG especializadas na transferência de competências para a conservação de assentamentos tradicionais (por exemplo, CRAterre). As parcerias também podem ser desenvolvidas com os Organismos Consultivos (ICCROM e ICOMOS) e também com o Fundo do Património Mundial Africano (AWHF), a fim de fornecer apoio adicional.

Além disso, através do patrocínio de empresas internacionais (por exemplo, incluindo o logotipo da empresa), outras actividades, como o site da Ilha de Moçambique, e marketing de turismo poderiam ser desenvolvidas.

Mais captação de recursos e patrocínio poderiam ajudar a abordar muitas outras actividades com alto potencial para responder aos desafios críticos enfrentados pelos habitantes da ilha e pelo GACIM, mas também ajudar a atrair mais turismo sustentável para a ilha.

2.4 Resposta ao reconhecimento de valores nos tratados e programas internacionais a equipe da missão reconheceu que, em geral, a abordagem de conservação aplicada pelo GACIM e seus parceiros institucionais segue valores reconhecidos por cartas doutrinárias internacionais.

Em geral, a maior parte da ênfase na abordagem conservacionista dos monumentos classificados (categoria A) e dos edifícios da cidade de pedra e cal (categoria B, C e D) tem sido o retorno da significância aos valores estéticos e históricos, tentando aplicar o máximo possível de materiais tradicionais. Estes foram valores reconhecidos pela Carta de Veneza (1964).

No entanto, o foco deve estar também na importância do site cultural, e não apenas no valor tangível da propriedade. Portanto, foi notado pela equipe da missão que pouca importância foi dada ao valor social e ao valor espiritual da propriedade, valores muito endossados pela Carta de Burra (1979). Ambos os valores trariam mais coesão à estratégia comum de conservação que deveria ser considerada para a salvaguarda de toda a ilha, como um todo e não como duas cidades divididas.

Além disso, seria relevante alistar o valor do conhecimento intangível para a intervenção de conservação. O site foi classificado nos critérios (iv): “(...) como um exemplo notável de uma arquitetura na qual as tradições locais (...) estão todas entrelaçadas”. Isto significa que não se trata apenas de usar os materiais tradicionais (pedra, lima, macuti, madeira, terra, etc.), mas também de aplicar as tradições locais, no que diz respeito à construção de culturas - a maneira de abordar a construção tradicional é importante, as pequenas diferenças na aplicação de um telhado macuti ou paredes de pau-a-pique (pau-a-pique) que sejam mais confortáveis para o clima local; o conhecimento passou de geração em geração explicando a maneira especial como a alvenaria de pedra é construída; como a argamassa de cal tradicional é preparada; para manutenção, quanto tempo a lavagem com cal pode ficar parada até que outra precise ser aplicada; etc. Isto assegurará que o conhecimento intangível dos pedreiros tradicionais na cidade de pedra e cal e na cidade de macuti ainda seria reconhecido e aplicado durante a intervenção de conservação, atendendo aos valores e critérios e contribuindo para tornar a propriedade única, confirmando com a sua Valor Universal Excepcional.

É importante salientar que a Ilha de Moçambique é uma cidade viva e não simplesmente um monumento ou um conjunto de edifícios. Como uma ilha, a propriedade é mais vulnerável às mudanças climáticas. Para o desenvolvimento sustentável e gestão abrangente da cidade, as autoridades locais têm que olhar além dos valores intangíveis; valores sociais e culturais, lidando com grande território. Na Ilha de Moçambique, isto implica uma forte ligação urbana e rural, mas também uma continuidade de diferentes zonas, nomeadamente e para o interior. Além disso, trabalhando sob o enfoque da Paisagem Urbana Histórica (HUL), a autoridade local inicia um processo que criará uma base sólida para o desenvolvimento do planejamento espacial marinho no futuro. As autoridades locais têm sido a vanguarda na aplicação da abordagem do HUL (Recomendação da UNESCO), e também estão trabalhando para implementar a Nova Agenda Urbana (NUA), adotada pelo UN-HABITAT durante (Habitat III) Quito 2016. Atenção também deve ser dada ao Quadro de Sendai para Redução de Risco de Desastres, que integra o gerenciamento de risco de desastres no contexto de planejamento urbano mais amplo (veja abaixo em Gerenciamento de Risco de Desastres).

3 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE QUESTÕES

Durante a visita ao local, a equipe da missão observou diferentes problemas, como:

3.1 Gestão

Ações encorajadoras foram tomadas para melhorar o sistema de gestão da propriedade. A gestão real da propriedade também é boa, considerando os recursos e a capacidade disponível na Ilha de Moçambique.

A estrutura de gestão detalhada, descrita acima, revela que o Estado Parte já implementou um sistema coerente na implementação. Com esforços extras em recursos humanos e capacidade, os desafios existentes poderiam ser bem tratados. No entanto, as seguintes questões precisam ser examinadas com cuidado e algumas delas com urgência.

3.1.1 Gerenciamento de risco de desastres

Em resposta aos Termos da Referência, a equipe da missão foi solicitada a analisar as medidas tomadas para tratar da questão da preparação para desastres. Durante a visita ao local, a equipe da missão fez perguntas-chave relacionadas às medidas atuais sobre preparação para riscos e sua gestão. Autoridades informaram sobre o Plano de Gestão de Risco e Calamidade que havia sido desenvolvido pelos dois municípios. No entanto, devido ao tempo limitado da visita missionária, os planos não foram obtidos para análise. Até agora, as informações disponíveis indicam claramente que o patrimônio cultural não faz parte da gestão de riscos e desastres existente. Recomenda-se que o Estado Parte apresente ao Centro do Patrimônio Mundial, o Plano de Gestão de Riscos e Desastres para a Ilha de Moçambique e a sua zona tampão.

Geograficamente, Moçambique é vulnerável a desastres naturais. Segundo o PNUD1, o país sofreu pelo menos 30 incidentes significativos de desastres naturais, incluindo inundações, ciclones, secas e terremotos, desde 1970. Alguns desses desastres afetaram negativamente o patrimônio cultural. Por exemplo, em 2008, o ciclone de Jokwe danificou a Fortaleza de São Sebastião em sua muralha defensiva de baixo nível de bateria e destruiu algumas casas na área da cidade de macuti. Após uma resposta adequada a este desastre, o Comité do Patrimônio Mundial elogiou o Estado Parte pelo seu esforço para lidar com este risco (33 COM 7B.46).

Considerando sua vulnerabilidade, principalmente relacionada a riscos relacionados ao clima, a missão observou que muitas organizações internacionais estiveram engajadas ou estão em preparação para lidar com a questão da prontidão. Durante a discussão com as autoridades do distrito de Mossuril, a equipe da missão foi informada sobre o “Plano de Desenvolvimento Rural Territorial e Ambiental”, que inclui questões relacionadas à preparação para desastres. Deve-se notar que, se o “Plano de Desenvolvimento Territorial e Ambiental Rural” tiver potencial para afetar o VUE do imóvel, ele deverá ser submetido ao Centro do Patrimônio Mundial, para revisão pelos Órgãos Consultivos, conforme o Parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais. No Município da Ilha de Moçambique, a equipa da missão também notou que a USAID está empenhada na reconstrução do paredão em frente ao Hotel Desportivo, que está fortemente danificado (Figs. 138-141, Anexo 8). Para esta intervenção, a questão da mudança climática também foi mencionada.

A equipa da missão também está ciente de que o Escritório da UNESCO em Maputo está envolvido em algumas destas iniciativas (One UN Fund), onde a questão da preparação para o risco é abordada.

Graças a esta iniciativa, e o papel do Escritório da UNESCO em Maputo, a discussão sobre a preparação para o risco está agora fortemente ligada ao processo atual de revisão do Plano de Conservação e Gestão da Ilha de Moçambique (CMP). Embora a CMP ainda não tenha sido finalizada, a equipe da missão consultou os termos de referência e os relatórios das reuniões das partes interessadas, o que confirmou claramente o desenvolvimento da CMP. No entanto, duas preocupações precisam ser abordadas no plano final de gerenciamento de riscos.

A primeira preocupação está relacionada à necessidade de integrar os procedimentos de preparação para o risco do patrimônio cultural, dentro do Plano Nacional de Gerenciamento de Riscos.

Como explicado acima, o Estado de Moçambique tem trabalhado com as Comunidades Internacionais para apresentar um Plano de Gestão de Risco bem definido, que inclui ferramentas, técnicas, estratégias e ações. Considerando os materiais limitados disponibilizados durante a visita ao local, a observação da Missão é que esse plano nacional de gerenciamento de riscos não abordou bem a vulnerabilidade do patrimônio cultural. Analisando a preparação para os riscos durante a revisão do CMP, a Missão aconselha sobre uma abordagem integral para assegurar uma forte relação entre a preparação para o risco para o patrimônio cultural dentro do Plano Nacional de Gerenciamento de Risco. Como tal, as instituições, como o Instituto Nacional de Gestão de Desastres (INGC) e as suas comissões a nível provincial e distrital, devem estar bem envolvidas para facilitar a integração.

A segunda preocupação é sobre o escopo da avaliação de vulnerabilidade. Após o resumo do CMP apresentado, a Missão observou que a discussão sobre a revisão do CMP (2018-2022) envolveu diferentes partes interessadas de diferentes setores. Novamente, seguindo o Relatório do Estado de Conservação (2017), a equipe da missão também está ciente de que o PMC também é inspirado por outros princípios internacionais, como a Recomendação da UNESCO sobre Paisagem Urbana Histórica (HUL); Relatório Global da UNESCO sobre Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Nova Agenda Urbana (Habitat III) e, eventualmente, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU 2030.

A equipe da missão quer enfatizar que a propriedade em si também é vulnerável ao ritmo acelerado dos processos de transformação. Uma preocupação particular é o desequilíbrio do crescimento populacional e o desenvolvimento desigual entre as duas cidades vizinhas dentro da propriedade. Como tal, a equipe de missão considera que durante o exercício a vulnerabilidade da propriedade relacionada ao ritmo de transformação também deve ser avaliada e possíveis ameaças identificadas para mitigação. Pode ser útil que o Estado-Parte analise o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Desastres para ajudar a orientar seu trabalho na avaliação da vulnerabilidade e no desenvolvimento de estratégias para reduzir os riscos de desastres.

3.1.2 Avaliação do Impacto Patrimonial (AIS) e o sistema de gestão da Ilha de Moçambique

Pedi-se à equipa da missão que avaliasse os dois projectos específicos, nomeadamente o Hospital Ilha de Moçambique e a proposta da empresa SOLNATUR para a Fortaleza de São Lourenço e considerasse como a Avaliação do Impacto da Herança (HIA) poderia ajudar no desenvolvimento dos projectos. com o parágrafo 110 das Diretrizes Operacionais. Sobre a questão da AIS em geral, a equipe da missão discutiu com as autoridades locais e revisou as atuais regulamentações sobre conservação e manejo da propriedade. Para a compreensão da equipa da missão, o actual sistema de gestão na Ilha de Moçambique não estipula a necessidade de realizar uma Avaliação do Impacto do Património (HIA) para qualquer tipo de

projecto desenvolvido na Ilha de Moçambique ou na sua periferia. Este deve ser um assunto a ser considerado, mas também deve ser discutido com as autoridades responsáveis pelas áreas ambientais e marinhas.

A equipe da missão teve a oportunidade de ver a proposta da empresa SOLNATUR para a Fortaleza de São Lourenço. Embora não tenha havido discussão prévia de projeto com autoridades locais para analisar sua proposta arquitetônica, seu escopo, materiais e método de construção, a equipe da missão tem uma forte opinião de que a proposta terá um impacto negativo permanente na propriedade. Por isso, propõe que o projeto seja permanentemente interrompido. Um novo projeto poderia ser proposto após a preparação de uma AIS.

A proposta da empresa SOLNATUR é também uma boa justificação da necessidade de o sistema de gestão da Ilha de Moçambique ser ainda mais reforçado pelo mecanismo de avaliação de impacto. De fato, o escopo, a técnica e os materiais da proposta da SOLNATUR sugerem que o projetista do projeto não tinha nenhuma orientação clara para apoiar seu trabalho. Este é o lugar onde o mecanismo de AIS poderia ter desempenhado um papel crucial para complementar as ferramentas actuais (conhecimento tradicional, regulamentos de conservação ou plano de gestão), bem como regulamentos de planejamento, no desenvolvimento do projeto. De fato, cada país tem seus próprios procedimentos para avaliação de impacto, mas um processo de AIS poderia guiar a proposta do projeto fornecendo o seguinte mecanismo para examinar o processo: definição de escopo; proteções; condições para o desenvolvimento; Análise de impactos; participação das partes interessadas; procedimentos de viabilidade e aprovação. Esse tipo de mecanismo de avaliação aprimora o sistema de gerenciamento e protege o VUE da propriedade. O Guia do ICOMOS de 2011 sobre a Avaliação do Impacto do Patrimônio para Propriedades do Patrimônio Mundial Cultural estabelece um padrão, no qual não existem diretrizes nacionais.

No entanto, o mecanismo de AIS necessita de capacidade e recursos. Embora a equipe da missão esteja convencida da necessidade de desenvolver o mecanismo de AIS para a propriedade, também entende as lacunas existentes no sistema de administração e gerenciamento da propriedade. Mais uma vez, em alguns países, a avaliação de impacto (AI) é supervisionada por diferentes instituições, principalmente aquelas que lidam com a Avaliação do Impacto Ambiental (AIA). A equipa da missão não teve tempo suficiente para analisar como a AI está organizada em Moçambique, de modo a poder aconselhar onde e como o mecanismo da AIS poderia ser integrado. Este trabalho poderia ser mais desenvolvido pelo Estado Parte com o apoio dos Órgãos Consultivos (AB). No entanto, a Missão sugere que o PGC inclua uma seção sobre o mecanismo de AIS, especificando o tipo de projetos que exigiriam uma AIS antes da aprovação do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, as disposições do parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial devem ser observadas e implementadas.

3.1.3 Mecanismo de tomada de decisão para um melhor sistema de gestão

Nos termos do Decreto Nº 28/2006 de 13 de Julho de 2006, o Governo de Moçambique estabeleceu o GACIM para trabalhar com o município da Ilha de Moçambique na gestão da propriedade. A colaboração entre essas duas instituições é positiva. Para reforçar o diálogo e a confiança entre as partes interessadas e as comunidades, o Decreto estipula também a criação de uma “Comissão Técnica” composta pelos principais interessados. (ver secção 2.2 Quadro institucional para mais detalhes). Além disso, para a emissão de licença de construção, o GACIM também criou um Comitê Técnico. No caso da Ilha de Moçambique, onde a expertise em conservação está fora da estrutura do município, este mecanismo deve funcionar muito bem. No entanto, a equipe da missão observou dois desafios que precisam

ser resolvidos para melhorar o sistema. Primeiro, a capacidade do GACIM devido a uma ausência de arquiteto dentro de sua equipe, que agora está se tornando muito problemática. Como explicado acima, esta instituição tem o papel estatutário de fornecer apoio técnico em todos os assuntos relacionados à conservação dentro da propriedade. A ausência de tal perfil está dificultando o melhor desempenho do GACIM e do “Comitê Técnico” para examinar o projeto antes de emitir licenças de construção.

Segundo, a questão mais crítica a ser imediatamente abordada é o mandato dessas instituições, o Município de um lado e o GACIM do outro lado, quando se trata de emitir uma permissão dentro da propriedade. Como já foi relatado no relatório da Missão de Monitoramento Reativo de 2009, a posição da GACIM é fraca a esse respeito.

No último relatório da missão do Monitoramento Reativo, já havia um relato de casos em que o Município havia rejeitado as decisões de conservação propostas pelo GACIM. A equipe da missão também observou casos semelhantes em que o Município usou sua poder de emitir uma licença contrária à decisão do Comitê Técnico. As duas equipes trabalham bem juntas. A preocupação é que em todos os casos em que o município tenha anulado as decisões do GACIM ou do seu Comitê Técnico, os projetos em questão violaram os regulamentos de conservação. Em alguns casos, o projeto teve um impacto negativo na propriedade.

Para superar esse desafio, a equipe da missão propõe dois conselhos: um esforço especial precisa ser realizado para aumentar a capacidade e a conscientização do Departamento de Planejamento da Prefeitura, que está diretamente envolvido no processo de emissão de licenças. Seu entendimento “compartilhado” sobre os princípios de gestão de uma propriedade do Patrimônio Mundial da UNESCO melhorará o espírito de trabalho do grupo.

Mais importante, o status do GACIM e seu Comitê Técnico devem ser alterados quando se trata de trabalhos de conservação e decisões relacionadas a licenças de construção. Para uma melhor gestão da propriedade, a equipe de missão propõe o seguinte:

- i) O GACIM deve ter a última palavra em todos os assuntos relacionados à conservação.
- ii) Quando se trata de licença de construção, o Comitê Técnico deve ter a última palavra. O Município continuará a emitir autorização em nome do Comitê Técnico, que também poderá vetar a decisão, mas não deverá ter um poder preponderante sobre a decisão do Comitê Técnico.
- iii) Em caso de divergência entre o Conselho Municipal e o Comitê Técnico, a Comissão deverá ser consultada para parecer.
- iv) Se a diferença persistir, o Diretor da DNPC deve ser consultado.

3.2 Fatores que afetam a propriedade

Durante a visita ao local, a equipe da missão observou alguns desenvolvimentos positivos, como a transferência do GACIM para um novo escritório na área da cidade de pedra e cal e a renovação do espaço público por meio da iniciativa privada, para citar alguns. A equipe da missão também observou alguns desenvolvimentos que precisam de atenção extra para garantir que eles não afetem negativamente o VUE da propriedade. Este é o caso de:

3.2.1 Pressão das infraestruturas turísticas

Moçambique deseja aumentar a sua quota na indústria do turismo mundial. O país é muito conhecido por suas reservas naturais, mas o turismo cultural também está crescendo. A Ilha de Moçambique é um dos destinos importantes quando se trata de turismo cultural no país.

Hoje, a ilha recebe em média 7 mil turistas por ano e conta com um total de 20 hotéis, de acordo com os números disponibilizados durante a missão. Embora os dados não sejam alarmantes, a equipe da missão notou um tipo de pressão quando se trata do desenvolvimento turístico da propriedade. A observação vem após uma discussão com comunidades locais e hoteleiros para entender sua visão sobre novos projetos de turismo. Para o crescimento econômico sustentável da ilha, duas tendências do desenvolvimento do turismo precisam ser cuidadosamente observadas. É lamentável notar que todos os empreendimentos turísticos estão em um lado da ilha, a área da cidade de pedra e cal. Há justificativa para isso quando se trata de acessibilidade, disponibilidade de estruturas para acomodação e serviços como água, saneamento e eletricidade.

Para o desenvolvimento sustentável da propriedade, a equipe da missão incentiva um esforço especial para influenciar uma infra-estrutura turística desenvolvida dentro da área da cidade de macuti.

No entanto, a tendência mais alarmante do desenvolvimento do turismo é a magnitude das casas secundárias para os habitantes do continente ou estrangeiros que chegam à ilha apenas alguns dias por ano. Esta tendência é alarmante porque não aumenta a habitabilidade e a inclusão na ilha. Contrariamente, tem muitos fatores que influenciam a “divisão” social e espacial dentro da propriedade. Não é, portanto, uma abordagem sustentável para o desenvolvimento da Ilha de Moçambique. A equipe da missão acredita que o CMP deve propor medidas de mitigação para essas duas tendências do desenvolvimento do turismo.

3.2.2 Falta de proteção

Como demonstrado acima, a estrutura do sistema de gestão da Ilha de Moçambique é boa, apesar de algumas lacunas na sua implementação (ver secção 2.2 Quadro institucional para mais detalhes). Para garantir uma melhor proteção da propriedade, a capacidade das duas instituições importantes, o município e o GACIM, precisa ser melhorada.

Por exemplo, a ausência de um arquiteto no GACIM reduz a capacidade dessa instituição de supervisionar melhor os trabalhos de conservação. A equipe da missão observou que os desenvolvedores empregam e jogam com termos técnicos para conseguir o que querem, sabendo que estão falando com funcionários jovens que não estão familiarizados com a terminologia arquitetônica. Mais uma vez, para sustentar um sistema de gestão sólida da propriedade, também é importante garantir uma compreensão e uma abordagem comuns dentro das instituições. A equipe da missão lamenta profundamente que não houvesse chance de conhecer o Presidente do Município (prefeito) da Ilha de Moçambique. No entanto, a equipe da missão está confiante de que os dois chefes dessas instituições estão cientes de que seu envolvimento total é importante para garantir uma melhor proteção da propriedade.

3.2.3 Construção ilegal

Existem algumas construções impróprias dentro da propriedade, que concederam licenças de construção ou ignoraram ilegalmente a ordem de parada emitida pelo GACIM. Um exemplo típico é a construção de uma casa privada perto do Hotel Desportivo (ver fig. 165 Anexo 8) ou um andar adicional construído no Cais Azul (ver fig. 159, Anexo

8) ou um andar adicional construído em um hotel. Estes são exemplos, que também ilustram a lacuna entre o GACIM e o Município, quando se trata da proteção e implementação de regulamentos de conservação. A equipe da missão acredita que é necessário rever algumas

partes dos regulamentos de conservação, que resultam em confusão e má interpretação, dando a possibilidade de projetos de construção inadequados receberem uma permissão de construção.

3.2.4 Atraso na finalização e implementação do Plano de Manejo

A equipe da missão está ciente de um progresso atual no processo de revisão do CMP e acredita que o ritmo será sustentado, para responder às exigências do Comitê Mundial.

Comité do Patrimônio, na sua decisão 40 COM 7B.15.

A equipe da missão observou com satisfação que o processo atual aproveita o dinamismo interno para aproveitar os potenciais da Ilha de Moçambique. O Escritório da UNESCO em Maputo está liderando esta nova dinâmica que abrange a cultura (e a indústria criativa) em sua perspectiva mais ampla, guiada pelos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). A Comissão Nacional para a UNESCO e a Direção do Patrimônio Cultural também estão convencidas de que o CMP poderia ser elaborado de acordo com a visão de que a cultura é um facilitador e um impulsionador do desenvolvimento sustentável.

De fato, várias reuniões de partes interessadas foram convocadas no âmbito do projeto Um Fundo das Nações Unidas e no nível do governo para acelerar o processo desde a última decisão do Comitê do Patrimônio Mundial em 2015 (ver seção 4.3 para mais detalhes). A equipe da missão revisou o resumo e os relatórios dessas reuniões. Embora o relatório final da CMP não esteja disponível, o debate e a discussão do processo de revisão incluem ideias essenciais sublinhadas na Decisão 40 COM 7B.15. É justo dizer que o processo é inclusivo. Abrange ideias e princípios inovadores para o desenvolvimento sustentável, nomeadamente a Recomendação da UNESCO sobre Paisagem Urbana Histórica (HUL); Relatório Global da UNESCO sobre Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável e a Nova Agenda Urbana. A equipe da missão acredita que o novo princípio sobre gestão de riscos (Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres) e as idéias actuais sobre mobilidade sustentável também serão articuladas no atual processo de revisão.

3.2.5 Aumento populacional

A equipa da missão foi solicitada a analisar o aumento da população na Ilha de Moçambique. É importante ressaltar que a questão do aumento populacional não deve ser considerada como o problema apenas da área de macuti, nem deve ser discutida separadamente, sem considerar os vários fatores que influenciam o crescimento populacional ou a densidade na área de macuti. Com efeito, com uma densidade superior a 10 000 habitantes / km², a Ilha de Moçambique é muito densa. O governo local já está implementando medidas para reduzir a população na área da cidade. Isto foi realizado através da provisão de quase 400 lotes de terra no continente, na área de Lumbo, no marco da Vila do Milênio do PNUD.

No entanto, a equipe da missão recomenda enfaticamente que a questão do aumento populacional seja discutida com o objetivo de alcançar um desenvolvimento equitativo e sustentável de toda a propriedade. Parece que a discussão de hoje é totalmente influenciada pela atual situação “problemática” da área da cidade de macuti. Não olha para a situação geral da ilha para propor uma solução ótima para o seu desenvolvimento sustentável. Também é alarmante ver a quantidade de ruínas, casas vazias e residências secundárias fechadas na área da cidade de pedra e cal, enquanto toda a discussão sobre o crescimento da população está se concentrando na superlotação da área da cidade de macuti. Visitando o local, observa-se claramente estas duas dinâmicas paralelas, de um lado, uma população permanente superlotada na área de macuti, e do outro lado residências vazias ou casas de pedra parcialmente ocupadas na cidade de pedra e cal. A propriedade precisa de uma solução abrangente para essa questão crítica.

3.2.6 Gerenciamento de resíduos sólidos no bairro macuti

A Ilha de Moçambique em geral é limpa. A área macuti é uma exceção a essa observação geral; tem um problema com saneamento e gerenciamento de resíduos sólidos. Caminhando pelas principais vielas da área da cidade de macuti, encontramos esse desafio.

Como já foi observado no relatório da missão em 2009, os desafios da área de macuti são intensificados pelo seu contexto físico.

Em suma, a análise proposta no relatório de 2009 ainda é válida hoje: “a cidade macuti é superpovoada e suas condições sanitárias são precárias. Isso se deve à alta densidade de construção, à falta de saneamento e instalações sanitárias na cidade de macuti e na Ilha em geral - que contribuem para o uso das praias como banheiros públicos -, à má coleta de resíduos sólidos e à falta de - sistema de drenagem funcional para a água da chuva. O problema da drenagem é, em parte, consequência do baixo nível dessa área; é uma fonte importante de doenças, como a malária ”(WHC e ICOMOS, relatório Missão de Monitoramento, 2009, p. 17).

A equipa da missão está ciente de que, desde 2012, o Município da Ilha de Moçambique colocou em prática um mecanismo para melhorar a situação do seu ambiente. No relatório do estado de conservação apresentado pelo Estado Parte em 2015, observa-se que a introdução de pontos de coleta de resíduos e a construção de banheiros públicos pela autoridade local melhorou a situação da coleta de resíduos sólidos. Devido ao tempo limitado, a equipe da missão não teve a oportunidade de visitar a área de disposição, mas observou os pontos de coleta nas ruas da ilha. A equipe da missão é de opinião que a gestão de resíduos sólidos na área da cidade de macuti poderia ser ainda mais aprimorada com o plano de gerenciamento geral do bairro.

No entanto, a equipe da missão incentiva as autoridades locais a continuarem com seus esforços para coletar e destinar adequadamente a gestão de resíduos para melhorar ainda mais a situação na área da cidade de macuti e na Ilha de Moçambique.

3.2.7 Mobilidade na Ilha de Moçambique

Como muitas outras cidades, a motorização do tráfego é uma tendência crescente na Ilha de Moçambique. A equipe da missão observou que a questão do tráfego é agora mais alarmante não só para a estrutura dos edifícios, mas também para o bem-estar dos habitantes. Começa a ser perigoso andar em algumas ruas principais da ilha, considerando a velocidade e intensidade das motos. Como já alertou em 2009, a equipe da missão aconselha fortemente as autoridades locais a examinar a questão da mobilidade na ilha antes que se torne uma séria ameaça ao bem-estar da comunidade local. É sabido que, sem uma gestão adequada, a motorização do tráfego afetará a experiência do pedestre e a segurança das crianças. Com essa tendência, as motocicletas também poderiam ser uma ameaça para a indústria do turismo. A equipe de missão espera que a CMP comece a falar sobre a mobilidade na propriedade, priorizando a capacidade de locomoção e a bicicleta para aprimorar o “ambiente de rua segura” existente da propriedade.

3.2.8 Uma estratégia global de desenvolvimento para a ilha de Moçambique

A diferença entre as áreas de pedra e cal e macuti dominou um debate sobre as características da Ilha de Moçambique. Devido ao seu espaço (e em alguns social), rapidamente se observa a dicotomia dos dois bairros. De fato, todos os relatórios mencionaram os desafios da área da cidade de macuti e propuseram medidas para superá-los. Após a visita ao local e revisão de diferentes relatórios, a equipe da missão segue a

observação geral e a preocupação com a condição da área de macuti. De fato, a situação da área macuti precisa de uma intervenção rápida e estratégica.

No entanto, a missão é da opinião de que o dinamismo do crescimento na área da cidade de pedra e cal não melhora um desenvolvimento inclusivo e abrangente da propriedade.

É lamentável observar que, enquanto a área de macuti está lotada, as casas na área de pedra e cal estão caindo e se tornando ruínas, a maioria delas foi fechada, e poucas delas são usadas ocasionalmente, e principalmente para atividades de turismo. A equipa da missão elogia o Governo de Moçambique por transferir a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lúrio para a área da cidade de pedra e cal. Esta é uma decisão visionária e estratégica para parar a “divisão” espacial e social dentro da Ilha de Moçambique. A equipa da missão encoraja fortemente as autoridades locais a usar o processo de revisão da CMP para discutir questões relacionadas à reutilização adaptativa, casas fechadas, casas secundárias, crescimento da população, mobilidade, etc. Como discutido acima, pode-se examinar essas questões através de um debate de preparação para riscos, considerando a vulnerabilidade da propriedade nos processos de transformação. Alternativamente, pode-se inspirar em novos princípios defendidos pela Recomendação da UNESCO sobre Paisagem Urbana Histórica (HUL); Relatório Global da UNESCO sobre Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, a Nova Agenda Urbana e, por fim, a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU em 2030. O Escritório da UNESCO em Maputo defende a mesma visão.

4 AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO SITE

4.1 Estado atual de conservação da propriedade

A equipa da missão observou os esforços desenvolvidos pelo Estado-parte para melhorar o estado geral de conservação da propriedade, em particular na cidade de pedra e cal.

No entanto, é importante abordar especificamente cada caso:

a) Cidade de Macuti

O estado de conservação não foi melhorado nesta parte da ilha, pois há um sentimento geral de abandono dos seus habitantes e falta de esforços de conservação por parte das autoridades. É urgente abordar o saneamento do assentamento urbano; melhorar os pontos de coleta de água; introduzir espaços públicos e espaços verdes nas áreas abandonadas; preservar as técnicas tradicionais de construção, mas especialmente, melhorar as condições de vida.

b) Cidade de Pedra e Cal

Ainda existe um sentimento geral de abandono da cidade, apesar dos esforços desenvolvidos pela GACIM, nos últimos anos, para abordar a conservação de edifícios. Isto é devido ao clima marítimo severo, que tem um impacto negativo sobre os edifícios, contribuindo para a sua degradação acelerada devido aos sais. Adicionalmente, seguindo intervenção, existem vários edifícios que ficam sem uso, que contribuem para a sua degradação acelerada. Finalmente, a falta de manutenção nos edifícios que já receberam intervenção, contribui para a imagem de abandono e decadência. Atenção especial deve ser direcionada para novos projetos, como o projeto Complexo Desportivo, para evitar reconstruções conjunturais sem documentação adequada.

c) Monumentos classificados

Os principais monumentos que a equipe da missão visitou estão em más condições.

- O estado atual de conservação da Fortaleza de São Sebastião não é bom. A fortaleza recebeu uma intervenção de conservação em 2010 e 2011. No entanto, devido à falta de uso, ela já parece abandonada.

A Universidade de Lúrio quer se mudar, em setembro de 2018, para começar a dar aulas de arqueologia. Para acomodar isso, os trabalhos de intervenção começaram sem um projeto projetado e sem supervisão adequada, que já está tendo um impacto ruim.

- A Fortaleza de São Lourenço está localizada em uma pequena ilha, acessível apenas por barco da Ilha de Moçambique. Seu isolamento contribuiu para sua proteção. No entanto, novos projetos que propõem a renovação da pequena fortaleza e a criação de edifícios para hotéis e restaurantes ameaçam a autenticidade e a integridade do monumento.

- O Hospital Distrital está abandonado e em piores condições do que antes do início do projeto de restauração. Medidas urgentes são necessárias para proteger a estrutura do telhado e as paredes das quais o gesso foi removido antes que seja tarde demais.

4.1.1 Saneamento

A equipe da missão não observou um problema de saneamento pior do que o descrito no relatório anterior de 2010.

Isso significa que a situação sanitária foi melhorada graças às ações tomadas pelas autoridades locais e pela comunidade internacional. Esses esforços melhoraram as condições sanitárias, especialmente em torno da área de macuti. No entanto, a preocupação está na solução de longo prazo, para não dizer solução sustentável. As condições sociais e econômicas da área de macuti provocam muitos desafios, que comprometem o esforço de conservação e manejo da propriedade. Pode ser mais fácil dizer do que fazer, mas a área da cidade de macuti precisa de uma nova estratégia. A equipe da missão considera que o desenvolvimento da cultura e o gerenciamento do patrimônio podem ser um ponto de entrada para procurar uma solução geral da área do macuti. Esta foi também a opinião do Escritório da UNESCO em Maputo. Por meio do trabalho da CMP, o Escritório Nacional da UNESCO poderia liderar o processo de repensar uma nova estratégia comum para revigorar a área da cidade de macuti.

4.1.2 Pontos de coleta de água

A equipe da missão considera que uma das ações imediatas a serem tomadas na área da cidade de macuti é a reabilitação dos pontos de coleta de água. Ao longo do beco principal, ao lado do canal de drenagem aberto, encontram-se os pontos de coleta de água. Estas são as áreas onde a situação de saneamento é a pior. Uma ONG financiou um projeto para melhorar a drenagem e o esgoto da água no mesmo beco. A situação desses pontos de coleta é alarmante. Eles estão nas áreas propensas a doenças transmitidas pela água. A equipe da missão está ciente da escassez de água na ilha. Havia esperança de que a UNESCO coloca se em prática um projeto para reabilitar a cisterna da Fortaleza de São Sebastião poderia ajudar, mas isso não avançou como esperado. Se esses pontos de coleta de água permanecerem nesses locais devido à disponibilidade de água no solo, a equipe da missão propõe que suas áreas de sonda sejam melhoradas com pavimentação e drenagem.

4.1.3 Espaços públicos e espaços verdes

A Ilha de Moçambique tem muitos espaços públicos, a maioria deles localizados na área da cidade de pedra e cal. A situação não é a mesma na área da cidade macuti. Esta questão traz novamente a discussão sobre a área da cidade de macuti e seus desafios. Devido ao atual contexto de congestionamento desenfreado, os espaços abertos dentro da cidade de macuti foram apropriados. Esta situação já foi sublinhada no Relatório de Monitoramento Reativo do ICOMOS de 2010.

A equipe da missão foi informada que dentro da área da cidade de pedra e cal, os espaços públicos são melhorados em colaboração com o setor privado. Esta é uma boa iniciativa para ser incentivada. No entanto, para garantir que os acordos sejam imparciais, a equipe da missão sugere que os arranjos e processos devem ser transparentes para o público em geral. A escolha do espaço público a ser desenvolvido e o benefício do público devem ser todos discutidos com as comunidades locais através de seu Fórum de Partes Interessadas.² Em relação à área da cidade de macuti, a equipe de missão acredita que a questão do espaço público deve ser discutida dentro do CMP, a fim de chegar a uma estratégia de desenvolvimento geral de toda a área da cidade macuti.

Uma preocupação particular da equipe missionária é o atual acordo do Município para o desenvolvimento do Hotel Desportivo. A equipa da missão foi informada de que o promotor do Hotel Desportivo está pronto para construir um novo complexo desportivo na área da cidade de macuti, como uma compaixão à reutilização do complexo histórico do Hotel Desportivo para o desenvolvimento do turismo. A equipa da missão observou que este arranjo não tem um consenso dentro das comunidades da Ilha de Moçambique. No entanto, a questão mais preocupante aqui é que o novo complexo esportivo na área da cidade de macuti será construído no espaço público. A equipe da missão não acha que a idéia de construir no espaço público é propício para a proteção e promoção do patrimônio. Considerando os raros espaços públicos dentro da área da cidade de macuti, a equipe da missão encoraja o GACIM e o Município a procurar um local alternativo para as novas instalações esportivas.

4.1.4 Técnicas tradicionais de construção

A Ilha de Moçambique compreende diferentes tipos de técnicas tradicionais de construção.

Na cidade de pedra e cal, os edifícios foram erguidos em alvenaria de pedra com argamassa de cal, argamassa de cal e vigas de madeira. Em geral, notou-se que, atualmente, os construtores do site não seguem um sistema de alvenaria tradicional de pedra específica, quando isso acontece é devido a

² A equipe da missão também está ciente de que um Fórum de Partes Interessadas deve ser criado por meio do processo do CMP.

Circunstâncias excepcionais. Como o sistema de construção será coberto por argamassa de cal, os pedreiros tendem a usar qualquer tipo de alvenaria de mistura de pedra.

Um estudo adequado sobre os diferentes materiais tradicionais e sistemas de construção deve ser abordado com mais detalhes. O uso de alvenaria de pedra irregular e argamassa de cal é frequente, principalmente em fachadas exteriores.

Na cidade macuti, existem diferentes tipos de sistemas de construção:

a) A técnica de construção mais tradicional encontrada na habitação local vernacular comum é o pau-e-pique (pau-a-pique): uma estrutura de madeira, preenchida com um tipo de terra macia; ou preenchido com pedra e argamassa de terra (ver fig. 57 e fig. 58, anexo 8). As casas geralmente têm um reboco de cal ou um reboco de barro.

b) Outro tipo tradicional de técnica encontrada na cidade macuti é a alvenaria de pedra com argamassa de cal, provavelmente tentando seguir um tipo similar de cultura de construção encontrada na Cidade de Pedra.

c) Nova construção com novos materiais, como alvenaria de blocos de concreto (ver fig. 46, fig. 51, anexo 8)

Todos os edifícios têm originalmente um tipo de telhado de sapé, conhecido localmente como telhados macuti, que são apresentados como um tipo de telhado de quadril (4 lados). Devido à dificuldade de encontrar o material macuti para o telhado, os habitantes começaram lentamente a substituí-lo por outro tipo de palha, ou por telhados metálicos informais.

4.1.5 Edifícios Abandonados da Cidade de Pedra e Cal

Vários edifícios são abandonados na cidade de pedra e cal. De acordo com o relatório do SOC, apresentado pelo GACIM em dezembro de 2017, e o breve relatório apresentado à equipe da missão, existem atualmente 315 ruínas, das quais 41 já foram pesquisadas. A equipe da missão questiona se há um levantamento arqueológico adequado abordando essas ruínas.

Também vale a pena mencionar o trabalho da GACIM em relação à identificação dos edifícios em risco. Neste caso, os habitantes são mobilizados para áreas de assentamento na parte continental da ilha do distrito de Moçambique. As casas que são preparadas para as famílias mobilizadas podem ser observadas na fig. 185, anexo 8.

Uma breve visão geral do estado de conservação da Cidade de Pedra pode ser observada na fig. 9-18, Anexo 8. Em geral, pode-se considerar que 20% a 30% dos edifícios da pedra Stown Town já foram restaurados ou estão em restauração. No entanto, devido à falta de manutenção e ao clima marítimo, o material degrada mais rápido. Portanto, um esforço maior precisa ser tratado em termos de conservação e manutenção dos edifícios que já foram restaurados. Além disso, deve haver uma abordagem estratégica para usar os edifícios durante todo o ano e não apenas durante as férias de verão pelos proprietários de casas de Maputo.

4.1.6 Fortaleza de São Sebastião

A fortaleza de São Sebastião foi construída entre 1558 e 1620, por ordem de D. João III, rei de Portugal. Devido à sua importância histórica internacional, a Fortaleza de São Sebastião recebeu financiamento internacional em 2009 para tratar de uma intervenção abrangente sobre a reabilitação deste monumento histórico nacional. Vários parceiros contribuíram, como o Japão, Portugal / IPAD, UCCLA, Holanda e Flandres através do projeto de fundos da UNESCO com uma alocação de 1,5 milhões de euros. No final, 800.000 euros foram aplicados diretamente na restauração tangível da fortaleza.

O projeto envolveu uma primeira fase dirigida a “trabalhos técnicos de avaliação e preparação, concentrando-se em obras urgentes de consolidação e restauração estrutural para evitar maior deterioração e provisão de serviços básicos e instalações” (Eloundou & Weydt, 2009, p.25). Houve também vários esforços direcionados para continuar a função fortaleza útil de fornecer água para a comunidade da ilha. Para este fim, uma nova cisterna de água limpa foi construída, “alimentada a partir de um sistema de coleta de águas pluviais completamente restaurado e melhorado instalado na fortaleza” (ibid, 2009, p.15).

A segunda fase abordou a preocupação de reabilitação para reutilização e gestão e manutenção da fortaleza. Esta fase não foi totalmente realizada, pois nunca houve um uso específico encontrado para a fortaleza. Até hoje, a fortaleza de São Sebastião parece abandonada, sendo usada uma vez por ano para um festival local. Há poucas visitas da fortaleza pelos turistas. Como não há infra-estrutura para os turistas visitarem, em geral eles não vão lá.

De um modo geral, o projeto de reabilitação de fortalezas que aconteceu há menos de 10 anos, exceto em alguns dos telhados, não é visível. Ao olhar para a documentação fotográfica de antes da reabilitação, alguns edifícios parecem, hoje, ainda mais deteriorados do que antes da reabilitação. Isto é principalmente devido à falta de uso dos edifícios, que foi uma das principais recomendações do projeto da UNESCO para não acontecer. A cisterna, que foi uma realização relevante do projeto, não está em uso hoje devido à falta de manutenção.

Em junho de 2016, a Universidade de Lúrio solicitou ao Ministro da Cultura e Turismo que utilizasse parcialmente a Fortaleza de São Sebastião como Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, mais especificamente para as aulas de arqueologia. O ministro da Cultura concordou e até revelou o apoio da comunidade local para esta opção. Como resultado, um Protocolo de Entendimento entre a Universidade e o Município foi assinado em 2016. Um projeto preliminar apresentando uma avaliação técnica geral, estabilidade estrutural, a real condição de conservação e a distribuição espacial também foi entregue em 2016. O projeto não tinha detalhado informações e desenhos sobre a intervenção geral de conservação. Também faltaram procedimentos detalhados de intervenção sobre como abordar a conservação dos diferentes espaços. A equipe da missão lamenta não poder se reunir com o Reitor da Universidade, como planejado anteriormente, para entender melhor a situação.

Em março de 2018, durante a visita à Fortaleza de São Sebastião, a equipe da missão reuniu-se com os trabalhadores que tratavam da conservação dos diferentes espaços a serem utilizados para as aulas arqueológicas a partir de setembro de 2018. A equipe missionária estava muito preocupada em observar que estava realizando as obras na fortaleza, em nome da Universidade Lúrio, não possuía habilidades específicas em arquitetura ou em conservação. Isso foi previsto pelo fato de que gesso e cimento estavam sendo aplicados nas paredes, e somente após o gesso ser aplicado, o crescimento de algas foi removido da parede.

Também não ficou claro quem foi responsável pelos trabalhos. Durante a reunião em Maputo com a pessoa responsável pelo Departamento de Arqueologia da Universidade Eduardo Mondlane, ele informou a equipe da missão que ambas as universidades estavam trabalhando na fortaleza. No entanto, não houve documento que comprove, mesmo que as aulas em preparação sejam para os cursos ministrados pelos professores da Universidade Eduardo Mondlane.

A equipe da missão recomenda que:

1) Um memorando de entendimento entre o Município, o GACIM e as duas universidades esteja preparado.

2) Um projeto detalhado para a conservação do prédio, onde as aulas serão ministradas em setembro próximo, será submetido ao escritório da GACIM, o mais breve possível. A fortaleza de São Sebastião é um edifício de categoria A. Como monumento nacional, deve ter uma intervenção de alta qualidade, dirigida por profissionais com experiência em intervenção monumental (figs. 126 a 128, Anexo 8).

4.1.7 Museu da Ilha

Há 10 anos, o Museu da Marinha teve o seu telhado restaurado. Isto foi conseguido através de fundos noruegueses e assistência técnica portuguesa. A falta de manutenção dos edifícios combinada com a elevada salinidade da costa contribui para uma degradação acelerada do ambiente de construção na Ilha de Moçambique. Atualmente, existem sérios problemas de infiltração de paredes no Museu. Se nada for feito, num futuro próximo, as peças históricas expostas no Museu podem ser seriamente afetadas.

4.1.8 Património arqueológico subaquático

Nos últimos anos, tem havido uma crescente atenção internacional direcionada ao património arqueológico subaquático e, em particular, a naufrágios submarinos. Uma das costas com o maior número de naufrágios que não foram profundamente explorados é a costa de Moçambique. Há alguns anos, o governo de Moçambique desmantelou buscas arqueológicas ilegais feitas na costa da ilha de Moçambique por empresas nacionais com investimento estrangeiro.

Atualmente, o arqueólogo Prof. Ricardo Duarte, da Universidade Eduardo Mondlane, e sua equipe coordenam a prospecção arqueológica subaquática. Devido ao fato de que expor os restos ao ar contribui para sua degradação acelerada, tem sido apropriadamente preferido para tratar da conservação preventiva através da cobertura geotêxtil das relíquias subaquáticas.

No entanto, existe a necessidade de desenvolver uma abordagem mais sistemática com procedimentos claros para identificação, coleta de dados e proteção dos restos arqueológicos subaquáticos. Por isso, recomenda-se abordar um método mais consistente de documentação e proteção do património arqueológico subaquático moçambicano, especialmente considerando que Moçambique assinou recentemente a Convenção da UNESCO sobre o Património Cultural Subaquático de 2001.

4.2 Intervenções recentes e propostas para o seu impacto potencial na autenticidade

4.2.1 Complexo Desportivo

A empresa Ilha Moz Turismo Unipessoal está desenvolvendo um projeto para o Complexo Desportivo. «A proposta implica a construção de um novo hotel no Clube Desportivo (nº18.05, no Bairro do Museu, na Rua dos Combatentes), onde anteriormente existia um complexo desportivo. No passado, esse complexo era frequentemente usado pelos jovens, mas atualmente é abandonado” (Technical Review by ICOMOS, 2017, p.1). Veja também as figuras 138-143 (Anexo 8).

O projeto passou por um longo processo de avaliação, que é apresentado resumidamente de acordo com o documento de Revisão Técnica do ICOMOS:

- Em setembro de 2013, a empresa Ilha Moz apresentou uma proposta de estudo ao Município da Ilha. O projeto foi preliminarmente aprovado, dependendo da decisão

final para a aprovação técnica do GACIM, que destacou que novas construções não eram permitidas, de acordo com as regulamentações das ilhas, a menos que houvesse um benefício público direto dele decorrente. Em outubro de 2013, o GACIM propôs que o Conselho do Patrimônio Nacional, em Maputo, avalie o projeto.

- Em dezembro de 2013, o projeto foi apresentado no Conselho do Patrimônio Nacional, que exigia, em contrapartida, que a empresa Ilha Moz aprovasse um hotel de 31 quartos, que apresentaria um forte benefício social para a ilha. Portanto, o beneficiário teve que construir um novo campo público de esportes, reabilitar o jardim de Josina Machel, para assegurar que o hotel se transformasse em uma escola de treinamento para os habitantes da Ilha de Moçambique e tivesse que garantir a melhoria urbana e paisagística das três ruas adjacentes ao novo hotel.
- Atualmente, o jardim já está reabilitado e o projeto do novo acampamento esportivo está planejado para ser desenvolvido no Bairro Litine na Copa, Rua Passo Mar, macuti (veja fig. 65, fig. 66, Anexo 8), em um espaço que compreende um total de 1.102 m² que já é parcialmente ocupado por habitantes macuti.
- Em maio de 2014, a Ilha Moz solicitou a concessão de um terreno adicional a sul da propriedade do Complexo Desportivo, perfazendo agora um total de 3.473 m².
- Em agosto de 2014, a Ilha Moz solicitou permissão formal para construir o hotel no Clube Desportivo, valorizando as “qualidades da ruína” e seu sistema específico de construção.
- Em setembro de 2014, o prefeito aprovou a licença de construção para o novo hotel.
- Em dezembro de 2014, uma decisão preliminar favorável foi emitida pelo GACIM, com a decisão final dependendo da resposta da Ilha Moz, a um conjunto de questões específicas.
- Em julho de 2015, a Ilha Moz solicitou permissão para iniciar a construção do novo campo esportivo.
- Em outubro de 2015, o prefeito aprovou a licença de construção para o novo campo de esportes, na cidade de macuti.
- Em abril de 2016, realizou-se uma reunião na presença do Diretor Provincial de Cultura e Turismo.
- Em agosto de 2016, após várias reuniões em Maputo, o Conselho do Patrimônio Nacional aprovou a fachada principal para o volume que contém os quartos do hotel.
- Em 2017, a UNESCO e seus órgãos consultivos são convidados a avaliar o projeto do Novo Hotel Desportivo.
- Em outubro de 2017, o ICOMOS emitiu sua revisão técnica para o projeto do hotel e:
- “A) (...) Sugere que o Estado Parte seja recomendado para construir o hotel utilizando principalmente materiais locais, como pedra e cal, e não materiais modernos. A construção do hotel usando técnicas e materiais de construção locais também aumentaria a conscientização sobre as melhores práticas entre a população da ilha, especialmente considerando o fato de que o projeto está localizado na Cidade da Pedra (...).

- B) À medida que as novas instalações desportivas são reduzidas em comparação com o seu antecessor (do campo desportivo abandonado de 3 250 m² na Cidade de Pedra ao novo Campo Desportivo com uma área de 863 m², na cidade de Macuti incluindo a reabilitação de o jardim), o ICOMOS sugere que o Estado Parte avalie se o novo Campo Desportivo responde suficientemente às necessidades da população da ilha.

- C) Deve haver um protocolo vinculativo entre o Município e o hotel, para garantir que os formandos da ilha tenham prioridade em encontrar um estágio no hotel. O mesmo deve se aplicar à população local ao contratar para cargos no hotel.

- D) A proposta do projeto implica a demolição de “estruturas existentes que interferem no projeto” [conforme p.1 do relatório “LIMPEZA DO TERRENO, Serviços a execução, memória descritiva”].

Há também um pedido dirigido ao município de Ilha Moz, datado de 3 de julho de 2015, para demolir algumas partes do edifício original. Nenhum dos documentos se refere especificamente a quais estruturas e elementos do Complexo Esportivo original devem ser demolidos. Mas, é mencionado: “o pavilhão será reconstruído em concreto armado e alvenaria de blocos de cimento” [de acordo com p.1 do “4. ALVENARIA, Serviços a Executar, Memória Descritiva ”. O ICOMOS sugere, portanto, que sejam apresentados desenhos detalhados, informando especificamente sobre o que está sendo demolido do edifício original do Clube Desportivo (classificado como um edifício colonial da década de 1950, no estilo arquitetônico do Estado Novo).

- E) Arqueólogos e arquitetos do GACIM devem monitorar de perto durante a demolição, escavação das fundações do prédio e construção do novo hotel. ”

Durante a visita, a equipe da missão reuniu-se duas vezes com o arquiteto responsável pelo projeto, o Sr. Markus Antmann. Após a apresentação do projecto global e a sua abordagem conceptual, o processo associado à nova aprovação do Hotel Desportivo, e várias discussões sobre a possibilidade de reconstruir o antigo Complexo Desportivo para se tornar um hotel, ficou acordado que os regulamentos relativos à implementação das Diretrizes Operacionais da Convenção deveriam ser seguidos. Nessa nota, foi lembrado o parágrafo 86 das Diretrizes Operacionais: “Em relação à autenticidade, a reconstrução de vestígios arqueológicos ou edifícios históricos ou distritos é justificável apenas em circunstâncias excepcionais. A reconstrução é aceitável apenas com base em documentação completa e detalhada e, em nenhuma medida, em conjecturas. ”

Portanto, foi reconhecido que:

a) A reconstrução não pôde ser realizada, a menos que uma documentação rigorosa e detalhada do local tenha sido previamente tratada antes da destruição. Para evitar uma abordagem de reconstrução, a empresa Ilha Moz teria que respeitar e preservar, tanto quanto possível, o edifício original, um estilo de arquitetura colonial do Estado Novo, dos anos 50. O problema decorrente desta abordagem relaciona-se com o mau estado de conservação do actual Complexo Desportivo e com o facto de grande parte do edifício já estar destruída (como se pode observar na figura 142, fig. 143, fig. 145, anexo 8).

b) Se o edifício, que está realmente em um estado de conservação muito pobre, não poderá ser preservado, então a empresa Ilha de Moz terá que construir o novo hotel, em técnicas e materiais tradicionais, como recomendado pela revisão técnica do ICOMOS. (out.2017).

Também merece destaque o facto de a área escolhida para a construção do novo Complexo Desportivo ser considerada pela equipa da missão:

(1) Não suficientemente grande (era um terço do espaço da superfície do antigo Complexo Desportivo e do novo Hotel Desportivo);

(2) Localizado em um terreno muito limitado, perto da água e cercado por novas construções (vide fig. 65, fig. 66, Anexo 8);

(3) Necessidade de espaço público, pois o espaço disponível na ilha, e especialmente na cidade macuti, é muito difícil de obter;

(4) As comunidades locais informaram que o novo Complexo Desportivo deveria ser construído no lado da Cidade Stown, para evitar novas divisões sociais e estigmas.

Assim, a equipe da missão de Monitoramento Reativo recomenda, também seguindo as recomendações de revisão técnica do ICOMOS, que:

- Mais compensações devem ser dirigidas diretamente aos habitantes da macuti, pois apenas um terço do espaço recebido para o novo Hotel Desportivo está sendo devolvido para o novo Complexo Desportivo. Por exemplo, a empresa Ilha de Moz poderia ajudar a melhorar o saneamento na cidade de macuti.

- Para o novo Complexo Desportivo, outra área com melhores condições e mais espaço deve ser pesquisada na cidade de pedra e cal, para evitar novas divisões entre os dois lados.

- Tanto o novo Hotel Desportivo como o novo Complexo Desportivo devem ser construídos com materiais e técnicas tradicionais de construção.

- O projeto precisa de informações mais detalhadas sobre a análise completa dos defeitos do edifício, a fim de abordar um estudo rigoroso das patologias do edifício.

Ao discutir o melhor lugar possível para colocar um novo complexo esportivo, parece que a comunidade da ilha tem diferentes opiniões que soam. Alguns acreditam que o complexo tem que permanecer na área da cidade de pedra e calcário para que a população possa ir para uma área à outra e não fechar as trocas entre as duas áreas, enquanto outros consideram que a proposta atual na área de macuti é boa porque seria mais próxima as pessoas que usam o complexo esportivo. A equipe da missão gostaria de propor uma terceira opção. A idéia é sugerir a um desenvolvedor algo dentro da área do macuti: quando se está caminhando pelo beco principal da área da cidade de macuti, ele pode ver os canais abertos de drenagem. Uma reflexão rápida é propor que os canais abertos de drenagem estejam fechados. Além disso, o beco poderia ser pavimentado na mesma área e, ao mesmo tempo, as árvores poderiam ser plantadas ao longo de todo o beco (figs. 43-50, anexo 8). A equipe da missão acredita que este projeto terá um impacto rápido e transformador na área da cidade de macuti. Quanto ao novo complexo esportivo, ele também pode ser integrado ao atual centro cultural na área da cidade de pedra e cal.

4.2.2 Projeto do Fortim de São Lourenço

O Fortim de São Lourenço está localizado em uma pequena ilha, do lado direito, ao cruzar a ponte (ver fig. 130, Anexo 8). Seu estado atual de conservação é razoável, provavelmente devido às dificuldades relacionadas ao acesso à pequena fortaleza. Devem ser consideradas outras medidas de preservação para limpar o ambiente e as pequenas muralhas da fortaleza (ver figs. 131-137, Anexo 8). A Fortaleza de São Lourenço não tem fácil acesso para ser visitada pelos turistas, pois teriam que subir a falésia (figs. 135 a 137, anexo 8).

Em outubro de 2017, a empresa SOLNATUR apresentou um projeto hoteleiro à Direção Nacional do Património Cultural, em Maputo. O projeto localizado na Fortaleza de São Lourenço propõe desenvolver um restaurante e um hotel de 23 quartos, estendido em 3 andares. O projeto também propõe a criação de uma ponte-barco para permitir o acesso da

Ilha de Moçambique à pequena fortaleza de São Lourenço. Como o GACIM, o Município e o Governo Distrital não avaliaram o projeto durante uma reunião nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2018 em Maputo, o projeto foi entregue às autoridades locais da Ilha de Moçambique, para serem avaliadas.

As recomendações preliminares do GACIM consideram vários problemas relacionados à falta de documentação técnica; como abordar os serviços de eletricidade, água e drenagem; a necessidade de uma avaliação de impacto ambiental; impacto na autenticidade e integridade da fortaleza; e questionar a escolha dos materiais de construção, pois devem seguir o artigo 34 do Decreto nº 54/2016. Não obstante, o GACIM exigiu que a Direcção Nacional do Património Cultural, em Maputo, continuasse a rever o projecto.

Devido ao alto potencial de impacto do projeto na VUE e à integridade e autenticidade da propriedade, recomenda-se que o projeto seja avaliado pelos órgãos consultivos da Convenção do Patrimônio Mundial, conforme mencionado no parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais.

Quanto aos dois projetos específicos, a equipe da missão aconselha a reavaliação de ambos os projetos, considerando seus potenciais efeitos adversos no Valor Universal Excepcional (Valor Universal Excepcional - OUV) da propriedade.

4.2.3 Intervenção no Hospital da Ilha de Moçambique

O Hospital da Ilha de Moçambique, conhecido como Hospital Distrital, foi construído em 1877, seguindo a arquitectura “estilo Schinkel” (ver fig. 151, Anexo 8). O complexo hospitalar é composto por 17 edifícios e foi parcialmente restaurado em 1995. Atualmente, apenas um edifício está em uso, com 2 médicos para servir como um hospital para toda a ilha de 17.000 habitantes.

Em 2014, o Ministério da Saúde de Moçambique aprovou um orçamento de 300 milhões de meticais (aproximadamente 4 milhões de euros), para investir no Hospital da Ilha de Moçambique e reabilitá-lo como Hospital Distrital. Havia uma competição para o projeto e inspeção do hospital e para o contratado do hospital. A empresa “José Forjaz, arquitectos” ganhou o projeto arquitetônico e a empresa COTA venceu o contrato de construção. O prazo previsto para a realização das obras foi de 18 meses. O número da licença de construção era: 770 / OP1 / 030Q / 2014 (fig. 148, anexo 8).

10% do financiamento do projeto foi pago no início dos trabalhos. Os restantes 90% não foram pagos, devido à crise financeira de Moçambique. Segundo os inspetores do projeto, o governo tem uma dívida enorme com a empresa contratante responsável pelo projeto. Como resultado, a empresa apenas removeu o gesso das paredes de um dos edifícios, bem como do seu telhado (veja fig. 154-155, Anexo 8), e não abordou mais trabalhos. Desde então, o projeto de reabilitação do hospital parou e todos os materiais de construção que foram deixados no local foram roubados. Não há perspectiva sobre quando e se a intervenção de reabilitação continuará.

A equipe da missão não recebeu o documento do projeto para a reabilitação do hospital. No entanto, visitou o local e manteve discussões com um arquiteto consultor responsável pela supervisão dos trabalhos. Parece que o projeto não foi bem formulado e sua execução foi arbitrária.

Lamentavelmente, o projeto foi interrompido no meio de sua execução e deixou os dois edifícios dentro do complexo do hospital sem telhados e gesso. A situação dos dois edifícios

está em alto risco de deterioração. A equipe da missão recomenda fortemente que as medidas urgentes de resgate cubram os prédios primeiro e, o quanto antes, estoquem as paredes.

A equipe da missão recomenda, a fim de evitar o decaimento acelerado do edifício descoberto (veja fig. 154-155, Anexo 8), que tome medidas urgentes para proteger o telhado e suas paredes, antes que seja tarde demais.

4.3 Desenvolvimento de um Plano de Gestão de Conservação

Na sequência da missão empreendida, a análise dos relatórios de campo e dos relatórios de consultoria, observa-se que um plano de conservação vinculativo não está a ser considerado como parte do “Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique 2018-2022” que está em desenvolvimento. O Plano de Conservação é geralmente incluído, como parte do Plano de Manejo. No entanto, ele também pode ser independente dele, desde que esteja associado a um plano de ação para ajudar a abordar sua implementação.

O Plano de Conservação deve basear-se no estado de conservação de toda a propriedade - cidade de pedra e cal, macuti e património classificado - e deve abordar cada um dos diferentes componentes. Em particular, o plano de conservação deve abordar claramente: (1) a questão da reconstrução dentro da propriedade, bem como a restauração e conservação; (2) quando novos materiais podem ser utilizados, bem como materiais tradicionais dentro dos diferentes tipos de intervenção, considerando a classificação de valor dos edifícios na cidade de pedra e cal; mas também (3) como a intervenção deve ser abordada nos edifícios e materiais tradicionais da cidade de macuti.

O Plano de Conservação deve implicar uma estratégia de conservação estabelecendo prioridades de conservação e manutenção relacionadas com o VUE da propriedade. O Plano de Conservação solicitado deve incluir todos os procedimentos que devem ser abordados para a conservação e manutenção de cada tipo de categoria de construção. Isso ajudará a manter a mesma política de conservação, mesmo que os profissionais do estado mudem. Consequentemente, dependeria da estratégia de conservação aprovada e desenvolvida por toda a equipe do GACIM, e não dependeria da visão do responsável.

O Plano de Conservação também deve estabelecer uma política de conservação para toda a propriedade, incluindo as prioridades para a conservação; os procedimentos e períodos de manutenção (por exemplo, para estabelecer ciclos de lavagem de cal em cada edifício; para programar a manutenção de calhas, telhados e sistemas de drenagem; para tratar da limpeza geral e remoção de vegetação invasiva, etc.); um plano de prevenção de danos estruturais; para listar alguns. Isso contribuirá para uma estratégia de conservação abrangente e consistente.

4.4 Finalização do Plano de Gestão e seu marco legal para apoiar sua implementação

No passado, a Ilha de Moçambique tinha vários planos em desenvolvimento:

- Em 2006, foi desenvolvido um “Plano de Ação para a Gestão e Desenvolvimento da Propriedade do Patrimônio Mundial (2007-2011) ”, abordando medidas urgentes relacionadas à degradação da propriedade.

- Em 2009, um “Plano de Conservação e Gestão (2010-2014) ” foi produzido para incluir aspectos tangíveis e intangíveis dentro da propriedade e sua zona de amortecimento.

- Em julho de 2011, um workshop da UNESCO-WHC foi organizado para abordar a abordagem da Paisagem Urbana Histórica (HUL) para a ilha. Como resultado, um Plano de Ação foi produzido e estabeleceu estratégias para a implementação do Plano de Ação.

- Em dezembro de 2016, a Direcção Nacional do Património Cultural de Moçambique organizou um “Seminário Nacional sobre a Conservação do Património na Ilha de Moçambique”, em colaboração com a UNESCO, através do financiamento do PNUD.

O principal objetivo foi avaliar o grau de implementação do Plano de Gestão 2010-2014 e a aplicação de 5 anos da abordagem do HUL à ilha. Como resultado, foi elaborado outro Plano de Ação para a revisão do Plano de Gestão anterior e a elaboração do “Plano de Conservação e Gestão da Ilha de Moçambique (2018-2022) ”.

- Em março de 2017, o projeto para a elaboração do Plano de Gestão e Conservação é desenvolvido.

- Em abril-maio de 2017, uma avaliação do Plano de Gestão e Conservação é desenvolvida e o relatório sobre sua implementação é concluído.

- Em julho e agosto de 2017, o plano estabeleceu a documentação, a definição da visão e os objetivos e estratégias para a implementação do Plano.

- Em setembro de 2017, devido ao apoio de um programa do FUNDO UN, o Governo de Moçambique iniciou o procedimento para a revisão do processo de planejamento desatualizado, identificando as principais questões a serem consideradas em um novo plano. Isto foi conseguido através da organização de um workshop, um trabalho de campo, uma reunião de partes interessadas de um dia, e a preparação de um esboço do “Plano de Conservação e Gestão para a Ilha de Moçambique (2018-2022)”.

- Em novembro de 2017, a Direcção Nacional do Património Cultural de Moçambique apresentou um pedido de Assistência Internacional (IA) ao Fundo do Património Mundial sobre “Participação da Comunidade nos Processos de Gestão e Monitorização na Ilha de Moçambique, Património Mundial”. Actualmente, o pedido de IA não foi validado.

- Em fevereiro de 2018, a Direcção Nacional do Património Cultural de Moçambique organizou uma reunião de dois dias para tratar do esboço do plano de gestão e conservação da ilha de Moçambique.

O desenvolvimento do plano de gestão e conservação da Ilha de Moçambique tem sido um longo processo. A equipe da missão recomenda que um esboço seja preparado o mais breve possível, a fim de ser revisado pelas diferentes partes interessadas, o mais rápido possível. O esboço e a publicação do plano de manejo não devem mais ser adiados.

É importante notar que o “Plano de Gestão e Conservação” em desenvolvimento deve compreender a área de proteção da zona de amortecimento, o Plano de Manejo e o Plano de Conservação. Atualmente, parece que apenas o Plano de Manejo está sendo tratado e não o Plano de Conservação. Segundo o GACIM e a Direcção Nacional do Património Cultural em Maputo, o plano está na sua última fase de elaboração.

Um pedido de financiamento de assistência internacional de 2017 através do Fundo do Patrimônio Mundial, se aprovado, garantirá o engajamento da comunidade no processo de planejamento de gestão.

A proposta envolve um período de 6 meses no período; portanto, o Plano de Gestão e Conservação será provavelmente concluído no final de 2018.

No entanto, para garantir uma implementação eficaz, a equipe da missão recomenda:

- 1) Para que a nova proposta da área protegida da zona de amortecimento e sua gestão sejam aprovadas separadamente do “Plano de Gestão e Conservação” da propriedade. Portanto, não será limitado pelo limite de tempo do CMP.
- 2) Espero que isso também possa acelerar o processo de aprovação. Mas o mais importante é que a zona tampão continuará a funcionar como uma área de proteção, mesmo que o plano de gerenciamento tenha expirado.

2) Para o plano de gerenciamento ter seu cronograma removido. Seria mais eficaz se não houvesse uma data específica associada ao título principal do Plano. Um plano de ação deve ser preparado com prioridades programadas para implementar

“Plano de Gestão e Conservação”. Recomenda-se que o Plano de Ação tenha apenas aprovação do distrito, a fim de facilitar a atualização, se necessário.

3) A parte de conservação do “Plano de Gestão e Conservação” deve ser claramente estruturada e preparada. O Plano de Conservação deve abordar uma estratégia de conservação, com regulamentos e procedimentos para todo o patrimônio construído na ilha. No que diz respeito ao arcabouço legal para apoiar a implementação do Plano, atualmente, não há um marco legal específico para apoiar a implementação do “Plano de Gestão e Conservação”. Isso é problemático, especialmente visto à luz do enfraquecimento dos recursos financeiros disponíveis para administrar e conservar a propriedade.

4.5 Zona de amortecimento

Solicitou-se à equipe da missão que examinasse a proposta de revisão da área da zona de amortecimento em conformidade com o Parágrafo 107 das Diretrizes Operacionais. A questão da zona tampão foi abordada e solicitada pelo Comitê do Patrimônio Mundial desde 2009, em sua 33ª sessão (Sevilha). Com a Decisão 33 COM 7B.46, o Comitê encorajou “o Estado-Parte a delinear uma zona intermediária para a propriedade em relação ao patrimônio subaquático e a apresentá-la como uma modificação menor”. O processo real da demarcação foi estabelecido nesse período e foi relatado no relatório da Missão de Monitoramento Reativo do ICOMOS de 2010. A equipe da missão está ciente dos esforços significativos, que foram realizados pelas autoridades locais para delinear a nova zona de amortecimento. Além disso, durante a visita ao local, a equipe da missão também teve a oportunidade de visitar todas as áreas propostas da nova zona-tampão, com exceção de uma cidade, Lumbo.

O patrimônio subaquático tem sido fundamental para dar forma ao debate sobre a nova área da zona tampão na Ilha de Moçambique. A equipe da missão teve a oportunidade de discutir com as partes interessadas sobre o status actual de levantamento, mapeamento e proteção do rico patrimônio marinho, como naufrágios, em torno da Ilha de Moçambique. Também foi informada sobre a estreita colaboração entre as autoridades locais e a UNESCO, para que o Estado de Moçambique trabalhe sob a Convenção de 2001 sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático. Considerando este ponto, a equipe de missão considera que o delineamento proposto para a zona de amortecimento integrou muito bem o patrimônio subaquático.

A equipe da missão também espera que todas as preocupações relacionadas à capacitação em arqueologia subaquática sejam discutidas e resolvidas durante a implementação da Convenção da UNESCO de 2001, sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático.

O segundo aspecto, que influenciou a delimitação da zona de amortecimento, desde 1990, é a proteção das características ecológicas, culturais e históricas ao longo da área circundante da Ilha de Moçambique, no lado interior. É por essa razão que pequenas cidades ao longo da zona costeira do continente, como Mossuril e Cabaceira (grandes e pequenas) também foram incluídas. A ideia justifica-se não apenas do ponto de vista da proteção, mas também pela integridade da propriedade. A equipe da missão está bem ciente das discussões realizadas pelas autoridades locais sobre a proposta dos limites actuais, que são razoáveis. Ao longo da zona costeira, pode-se também observar importantes monumentos como o Palácio do Governador e a Grande Igreja da Cabaceira, para citar alguns. Estes monumentos fazem parte da integridade do património imaterial e da narrativa da Ilha de Moçambique e são componentes essenciais do enquadramento da propriedade.

No entanto, como foi explicado acima e bem documentado no DRVUE (Declaração Retrospectiva do Valor Universal Excepcional), esta decisão justificada torna o cenário da Ilha de Moçambique mais vulnerável. Assim, aumenta os riscos enfrentados pela propriedade. Além disso, o gerenciamento dessa delimitação da zona de proteção terá desafios adicionais. A zona tampão está além do limite físico da Ilha de Moçambique e envolve dois limites administrativos dos dois distritos: Ilha de Moçambique e Mossuril. A equipe da missão também observou que a natureza física ao longo do caminho de Lumbo, Mossuril a Cabaceira é de carácter diferente. Se for considerado património, poder-se-ia falar de um património natural. Em outras palavras, as características da zona tampão proposta estão mais próximas de uma “paisagem cultural” do que de uma cidade histórica. Essa complexidade pode ser gerenciada sob a abordagem do HUL. A equipe da missão também viu a determinação das autoridades locais e concorda com a justificativa do delineamento. No entanto, está preocupado com a capacidade do GACIM, a disposição dos dois funcionários distritais e o recurso das autoridades locais para gerir esta enorme zona tampão proposta que cobre diferentes aspectos do mar, natureza, terras, zona costeira, área agrícola, subaquática, a área de corais, etc. A equipe da missão acredita que, com esforço extra e estratégia abrangente, o gerenciamento da zona tampão proposta poderia ser alcançado.

A linha de demarcação real da fronteira ainda é uma questão a ser esclarecida pelas autoridades locais. Durante a visita ao local, a equipe da missão não tinha um mapa para entender claramente onde exatamente os pilares ou postes de amarração indicariam a linha limite. A equipe da missão usou a estrada existente para visitar diferentes locais dentro da área da zona de amortecimento. A linha de demarcação é uma questão importante quando se considera a extensão da zona de amortecimento e sua complexidade. É também muito importante, porque hoje existem diferentes versões não oficiais dos “mapas” que oferecem uma interpretação diferente da extensão da zona tampão (figs. 3, 4 e 5, Anexo 6). Essas interpretações derivadas do mapa do Google diferem entre si e todas diferem da proposta original da zona de amortecimento de 1990.

As pequenas cidades ao longo da zona costeira crescerão nos próximos anos. Até que ponto a gestão e o desenvolvimento dessas cidades devem ser limitados à gestão da propriedade é uma questão estratégica. Uma boa lição para meditar é a gestão da área da cidade de macuti. Tendo decidido controlar tudo (tipologia das casas; telhados tradicionais; morfologia do bairro; etc.), sem capacidade e recursos reais, as autoridades locais perderam finalmente o poder de orientar melhor o desenvolvimento da área. Deve a mesma abordagem na zona de amortecimento ser repetido?

Uma vez que a integridade da propriedade tenha sido assegurada, a equipe da missão está recomendando fortemente uma zona-tampão clara e gerenciável, que inclua os elementos essenciais: herança subaquática, monumentos, características históricas / culturais e zona costeira.

Um elemento importante a considerar durante a demarcação é a relação entre a zona marinha, zona costeira e interior. A equipe da missão não teve a oportunidade de analisar os regulamentos ambientais e de planejamento para entender melhor como essas zonas são gerenciadas e protegidas. No entanto, será de abordagem estratégica propor uma estratégia comum com esses instrumentos. A equipe da missão aconselha fortemente as autoridades locais a olhar para essa perspectiva também. Isso requer perspectivas de acordo com a abordagem do HUL. É definitivamente uma abordagem de Ordenamento do Território Marinho (MSP), que irá melhorar ainda mais a gestão da zona tampão no futuro. Em outro mundo, a discussão sobre a zona de amortecimento poderia ser o começo de uma abordagem MSP para a baía de Mossuril.

Os mapas da zona tampão inscrita e da nova zona proposta podem ser encontrados no Anexo

6. A finalização dos limites e a apresentação da delimitação revisada da zona intermediária ao Centro do Patrimônio Mundial continua sendo uma prioridade muito alta.

4.6 Questões relevantes de conservação que têm um impacto negativo sobre o VUE da propriedade

Ao avaliar o estado de conservação da ilha, a equipe da missão reconheceu:

a) Há uma falta de uma estratégia de conservação abrangente e comum, abordando a conservação da ilha como um todo e não como uma ilha dividida em duas cidades. Isto é muito relevante na maioria dos documentos, relatórios e planos, que são desenvolvidos e publicados (por exemplo, fig. 217, Anexo 8). É claramente previsto que, em geral, apenas a cidade de pedra e calcário é analisada, estudada e intervencionada. Como há muita incerteza sobre como abordar os desafios sociais, arquitetônicos, urbanos e sustentáveis associados à cidade de macuti, e com a participação das comunidades no processo de melhoria, a opção tem sido não abordar as diferentes questões, e deixar a cidade de macuti como ela é.

- Uma estratégia insustentável que precisa ser corrigida.

b) A abordagem geral de conservação e promoção do patrimônio é principalmente “monumental”, com pouco foco no intangível. Existe uma tendência generalizada por todas as autoridades (Ministério da Cultura, Município, GACIM, Universidades, etc.) para abordar apenas a intervenção do patrimônio na cidade de pedra e calcário e no patrimônio classificado, como a Fortaleza de São Sebastião, o pequeno fortaleza de São Lourenço, as igrejas, o hospital, etc. Em geral, não tem havido uma abordagem de conservação inclusiva e sistemática para a cidade de macuti, como tem sido abordado na cidade de pedra e cal. Isto aprofundou as diferenças e divisões sociais entre as duas cidades que constituem a ilha, assim como um impacto negativo no VUE.

c) Faltam regulamentações, procedimentos e ações de conservação para os edifícios tradicionais da cidade de macuti e suas infra-estruturas de assentamento urbano.

O facto de a cidade macuti estar localizada em um nível mais baixo da ilha é um problema (fig. 59 a fig. 64, Anexo 8), quando se trata de melhorar a infra-estrutura, especialmente considerando-se que está até mesmo faltando saneamento adequado (ver fig. 43 a fig. 58, Anexo 8). A falta de uma política de conservação e de apoio à conservação da macuti teve como resultado a introdução de novos materiais e novas formas (fig. 67 a fig. 74, Anexo 8), e uma expressão geral de degradação de edifícios e materiais tradicionais (fig. 75 à figura 82, anexo 8). Como resultado, há uma falta de abordagem de conservação consistente e sistemática, ao longo de todo o assentamento tradicional que constitui a cidade de macuti.

d) A falta de um plano de conservação e manutenção tem um impacto negativo na VUE geral da ilha. Intervenções têm sido continuamente abordadas em toda a cidade de pedra e calcário, bem como no património classificado, pelo GACIM há pelo menos uma década. No entanto, falta uma estratégia de manutenção adequada para os edifícios que já tiveram uma intervenção. Como resultado, 2 a 3 anos após a intervenção, os edifícios restaurados começam a revelar evidências de degradação, devido à falta de uso e existência de sais marinhos da costa. Isso é muito bem observado na fortaleza de São Sebastião (fig. 126 a fig. 129, anexo 8) e na casa do governador na zona de amortecimento (fig. 176, fig. 177, anexo 8). Também é importante desenvolver uma abordagem abrangente para o planejamento de manutenção como uma atividade contínua e não como um ato pontual.

e) Existe uma classificação de valor de 4 níveis de toda a cidade de pedra e cal e do património classificado pela ilha. O sistema de valores está associado às categorias A, B, C e D (ver mapa e categorias no Anexo 6). Os edifícios designados como A são considerados o património nacional classificado mais importante, pelo que as intervenções devem ser mais rigorosas e de alta qualidade. O problema decorre dos níveis e tipos de intervenção realizados em cada categoria, conforme publicado no Decreto Nº 54/2016 de 28 de novembro de 2016, pp.1248-1249. Nas categorias C e D, as fachadas foram conservadas, mas o interior do edifício pode ser alterado. Portanto, as categorias C e D constituem 89% do património construído da cidade de pedra e cal. Nestas categorias, é permitido o “façadismo”, o que significa que apenas a fachada é preservada e todo o interior do edifício é novo e construído com diferentes organização e materiais espaciais. Nada único e singular em um prédio que possa contribuir para a OUV da ilha está sendo preservada, exceto a fachada do prédio. O Decreto Nº 54/2016 precisa ser adaptado para melhorar a proteção dos edifícios das categorias C e D.

f) Em geral, notou-se que a GACIM não detém autoridade suficiente para impedir intervenções irregulares. Isto tem um forte impacto no futuro VUE da ilha. Mesmo depois que a construção não autorizada foi interrompida, empreiteiros e proprietários pagam as multas e continuam a construção, pois a última palavra sobre o processo pertence ao Município. Isso foi observado em vários locais com construção não permitida que foram visitados pela equipe da missão (ver pp.159-163, no Anexo 8). Alguns dos edifícios foram concluídos sem a aprovação do GACIM.

g) Finalmente, vale a pena mencionar as grandes antenas localizadas no centro da ilha (ver fig. 19-20, Anexo 8). Essas antenas têm impacto na integridade visual da ilha. Esta questão foi mencionada várias vezes pela sociedade civil, durante diferentes reuniões, não apenas em termos de impacto visual, mas também as preocupações com o impacto na saúde das pessoas devido à sua localização na ilha.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 Conclusões gerais

Plano de Conservação e Gestão

O desenvolvimento do plano de conservação e gestão (CMP) ou do Plano de Conservação e Plano de Gestão para a Ilha de Moçambique tem sido um longo processo. A equipe da missão recomenda que um esboço seja preparado, a fim de ser revisado pelas diferentes partes interessadas, o mais rápido possível. No entanto, a equipe da missão observa com satisfação que o processo aproveita o dinamismo interno para explorar os potenciais da propriedade. O Escritório da UNESCO em Maputo está a liderar este novo dinamismo que abrange a cultura (e a indústria criativa) na sua perspectiva mais ampla, no âmbito dos SDG (Sustainable Development Goals). A Comissão Nacional para a UNESCO e a Direção do Patrimônio Cultural também estão comprometidas com a idéia de que o CMP poderia ser elaborado de acordo com a visão de que a cultura é um facilitador e um impulsionador do desenvolvimento sustentável.

Gestão de Risco de Desastres

Considerando a vulnerabilidade do Estado de Moçambique, é muito importante para a Ilha de Moçambique ter também um Plano de Gestão do Risco que lide com o património cultural. A equipa da missão foi informada da iniciativa tomada pelo Distrito de Mossuril para formular um plano de preparação para desastres no seu “Plano de Desenvolvimento Rural Territorial e Ambiental”. Este documento não estava disponível e é difícil julgar o escopo do plano quando se trata de património cultural. No entanto, o Estado Parte deve estar ciente de que o parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais o convida a submeter tais planos ao Centro do Património Mundial para revisão, caso haja qualquer indicação de que tais planos possam ter um impacto sobre o VUE da propriedade. Assinalou também que a discussão sobre a preparação para o risco também está fortemente ligada ao processo atual de revisão do Plano de Conservação e Manejo da Ilha de Moçambique (CMP), graças a essa iniciativa, e ao papel do Escritório da UNESCO em Maputo.

Avaliação do Impacto sobre o Património (AIP)

A Ilha de Moçambique não possui um mecanismo para uma Avaliação do Impacto do Património em vigor. Também o actual sistema de gestão não estipula a necessidade de realizar uma Avaliação do Impacto do Património (HIA) para qualquer tipo de projecto a realizar na Ilha de Moçambique ou na sua periferia. Dois projectos propostos, nomeadamente o Hotel Desportivo e a proposta da empresa SOLNATUR, justificam a necessidade de desenvolver um mecanismo de AIS para ajudar as autoridades locais no seu julgamento para fornecer uma licença de desenvolvimento. As autoridades locais podem desenvolver capacidades e mecanismos para a condução de AIS com Moçambique, preferencialmente no âmbito do Quadro Nacional para Avaliação de Impacto (AI) através de instituições, que estão a lidar com a Avaliação do Impacto Ambiental (AIA). As AIH devem ser conduzidas com base nas propostas de propostas do Hotel Desportivo e SOLNATUR, seguindo o Guia de 2011 sobre Avaliações do Impacto do Património para Propriedades do Património Mundial Cultural.

Zona tampão

Existe a necessidade de demarcar e ampliar a zona de amortecimento. O Estado Parte expressou essa necessidade e o Comitê do Patrimônio Mundial incentivou o esforço. Além de ser uma zona de “proteção” ou “aprimoramento”, a equipe da missão observou três elementos importantes para a integridade da propriedade, ou seja, o patrimônio subaquático, características culturais (monumentos) e sistema ecológico da ilha. Hoje, diferentes interpretações sobre como demarcar a nova zona de buffer saem, mas todas elas acomodam os três elementos. Para uma gestão suave da zona tampão, uma estratégia tem que ser derivada sobre como o GACIM deve trabalhar com os oficiais em ambos os distritos, nomeadamente em Mossuril e na Ilha de Moçambique.

Gestão

O papel do GACIM é muito claro, com uma estrutura abrangente, estipulada pelo Decreto nº 28/2006 de 13 de julho de 2006. Sob o mesmo decreto, as autoridades locais também estabeleceram uma Comissão Técnica com os seguintes membros: o Diretor do GACIM, seu chefe de departamento (representado por um membro da equipe do GACIM), o diretor do museu, um representante do estado, um representante do município, um representante da sociedade civil e um representante da Unesco na ilha. Se necessário, o Diretor do GACIM pode convidar outras pessoas para participar das reuniões. A Comissão Técnica tem todos os membros-chave da administração local, partes interessadas e comunidade para apoiar uma decisão forte, inclusiva e objetiva para melhor gerenciar a propriedade. A equipe da missão observou que a Comissão Técnica funciona, mas há uma sala de melhoria, especialmente no que diz respeito ao envolvimento da comunidade da área de macuti. A Comissão deve reunir-se trimestralmente em vez de bianual e aumentar o número de participantes da cidade de macuti para melhorar o diálogo e a confiança das partes interessadas. Em relação à emissão de licença de construção, o Município não deve ter um poder de sobreposição na decisão do Comitê Técnico. O GACIM deve ter a última palavra em todos os assuntos relacionados à Conservação.

Fatores que afetam a propriedade

O estado geral da conservação da propriedade é preocupante, especialmente considerando-se como as autoridades locais gerenciam a pressão de desenvolvimento dentro da propriedade. A equipe da missão recomenda que medidas especiais sejam tomadas para evitar impacto negativo da pressão de desenvolvimento. Incentiva esforços especiais para influenciar o desenvolvimento da atração turística dentro e ao redor da área da cidade de macuti, para aumentar o crescimento econômico inclusivo e parar a divisão socioespacial dentro da propriedade.

Espaços Públicos e Verdes

A Ilha de Moçambique tem muitos espaços públicos. Recomenda-se a atual iniciativa para melhorá-los em colaboração com o setor privado. Esta é uma boa iniciativa, mas também deve ser transparente para o público em geral. Como para a área de cidade de macuti, a situação é diferente. Uma estratégia de desenvolvimento para um impacto rápido e transformador é necessária para mudar a imagem dessa área. É pela mesma razão que a equipe missionária desencoraja os usos de seu raro espaço público para outras necessidades de desenvolvimento.

5.2 Recomendação para ações adicionais a serem tomadas pelo Estado Parte Ação adicional 1 - Avaliação do Impacto no Patrimônio (HIA)

A equipa da missão recomenda a possibilidade de desenvolver e anexar um mecanismo de AIS, no âmbito do Quadro Nacional de Avaliação de Impacto (IA), através de instituições que estão a lidar com a Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) e em consonância com o Guia do ICOMOS de 2011 sobre Avaliações do Impacto do Património. para Propriedades Culturais do Patrimônio Mundial.

Ação adicional 2 - zona de amortecimento

Como programa especial tem que ser desenvolvido com as autoridades a nível distrital, nomeadamente Mossuril e Ilha de Moçambique, de modo a ter uma estratégia de comentário sobre o desenvolvimento e protecção da zona tampão. Como a área da zona de amortecimento também inclui a zona Marinha e Natural / Ecológica, a equipe da missão recomenda uma estratégia conjunta de protecção com as instituições que lidam com protecção ambiental e marinha.

Ação adicional 3 - Gerenciamento

A equipe da missão recomenda enfaticamente a seguinte medida para melhorar a função da Comissão Técnica:

Conforme estipulado no decreto, reuniões regulares devem ser convocadas trimestralmente, se possível, para discutir todas as decisões relativas a projetos de desenvolvimento, dentro da propriedade com as partes interessadas e parceiros. Uma forte participação de membros da comunidade da área de macuti é incentivada. Mais capacitação deve ser endereçada para preparar melhor o pessoal da GACIM. Isso significa que o treinamento de alto padrão deve ser direcionado ao pessoal do GACIM no que diz respeito à conservação e gestão do Patrimônio Mundial. Além disso, é fundamental estabelecer formalmente os requisitos de trabalho e deveres individuais, pois atualmente a equipe do GACIM está sobrecarregada, pois eles estão trabalhando com menos pessoas (um terço dos recursos humanos que deveriam ter) e com a falta de pessoal profissional crucial. (como arquitetos, engenheiros e arqueólogos).

Ação adicional 4 - Fatores que afetam a propriedade

Em particular, a equipe da missão aconselha sobre o seguinte:

Uma estratégia de turismo cultural é necessária para garantir que a ambição de fazer da Ilha de Moçambique um dos importantes destinos turísticos seja bem gerida. Com apenas 7.000 turistas por ano, a equipe da missão já notou uma espécie de pressão e frustração das comunidades locais e até mesmo dos próprios hoteleiros. Sob esta estratégia, um esforço especial para influenciar o desenvolvimento da atração turística dentro e ao redor da área da cidade de macuti deve ser desenvolvido.

Além disso, a equipe da missão também recomenda que uma estratégia de mobilidade forte seja proposta dentro da CMP, antes que se torne uma séria ameaça ao bem-estar da comunidade local e de seus visitantes. A tendência de motorização do tráfego dentro da ilha está aumentando e não vai parar.

Já em 2009, a mesma observação foi relatada. Sabe-se que, sem um gerenciamento adequado, a motorização do tráfego afetará o experiência do pedestre e a segurança dos vulneráveis, especialmente crianças. Novamente, sem uma estratégia adequada para priorizar a mobilidade e a bicicleta, o “ambiente seguro de rua” da propriedade pode ser perdido rapidamente.

O governo local já está implementando medidas para reduzir a população na área da cidade. A equipe da missão também recomenda que a questão do aumento da população seja discutida com o objetivo de alcançar um desenvolvimento equitativo e sustentável de toda a propriedade. Hoje, também é alarmante ver a quantidade de ruínas, casas vazias e residências secundárias fechadas na área da cidade de pedra e calcário, enquanto toda a discussão sobre crescimento populacional e densidade populacional está concentrada na aglomeração da área da cidade macuti. A propriedade precisa de uma solução abrangente para essa questão crítica.

A equipa da missão elogia o Governo de Moçambique por realocar a faculdade de arquitectura da Universidade de Lúrio na área da cidade de pedra e cal. Acredita firmemente que o uso adaptativo planejado de casas fechadas dentro da área da cidade de pedra e cal é uma ferramenta estratégica para parar a “divisão” espacial e social dentro da Ilha de Moçambique. A equipe da missão encoraja fortemente as autoridades locais a usar o processo de revisão da CMP para discutir questões relacionadas às casas secundárias para garantir um crescimento equilibrado da população dentro da Ilha.

Ação adicional 5 - Pesquisa

A propriedade da Ilha de Moçambique precisa de ter uma pesquisa mais integrada. A Ilha de Moçambique tem um enorme potencial para o desenvolvimento de pesquisas em diferentes níveis com universidades, centros de pesquisa, ONGs, etc. Alguns parceiros já foram alcançados, e atividades de pesquisa e treinamento integrado evoluíram a partir daí (por exemplo, pesquisa arqueológica subaquática). No entanto, mais atividades de pesquisa devem ser desenvolvidas em áreas, como as mudanças climáticas (por exemplo, estudar o branqueamento do coral); atividades econômicas tradicionais (por exemplo, proteger e melhorar atividades como a pesca tradicional); sustentabilidade ambiental (por exemplo, como substituir a destruição do coral local que está sendo usado para a lavagem tradicional de calcário; como assegurar a preservação de cotas locais de peixes nativos); arquitetura vernacular (por exemplo, como melhorar as condições de vida em residências vernaculares e ainda preservar o uso de materiais naturais e tradicionais); etc.

Ação adicional 6 - Promoção

A propriedade do Patrimônio Mundial precisa de promoção para envolver mais turistas nacionais e internacionais e contribuir para o desenvolvimento sustentável. A promoção poderia ser abordada através de folhetos, brochuras, livros, site, etc. A autoridade local também poderia explorar as possibilidades de usar seus monumentos como locais para alguns eventos. A Fortaleza de São Sebastião e o Museu são exemplos dos lugares que poderiam ser explorados para mais atividades culturais. O setor de turismo no país pode ser um importante parceiro local. Em nível internacional, uma empresa como a Stadsherstel (Amsterdã) poderia ser uma inspiração, onde instituições públicas e privadas (entidades) se juntam para o benefício de uma cidade. A cidade de Stone, em Zanzibar, estabeleceu um modelo semelhante de empresa conhecido como Hifadhi-Zanzibar (que significa salvar Zanzibar) que pode ser relacionado ao modelo de Stadsherstel.

6 Referências bibliográficas

Eloundou, L., & Weydt, J. (eds) (2009). *Reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, Ilha de Moçambique*. Paris: Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO

Fonseca, P. J., & Teixeira Duarte, R. (2017). *Contribuição para a proteção integrada e sustentabilidade do recife da Ilha de Moçambique*. Lisboa e Maputo: Universidade de Lisboa e Universidade Eduardo Mondlane.

Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM) (Março de 2018). *Breve informe sobre o progresso do estado de conservação do património da Ilha de Moçambique*. Ilha de Moçambique: Ministério da Cultura e Turismo de Moçambique.

ICOMOS (2010). *Relatório da Missão de Monitoramento Reativo, 22 a 28 de abril de 2010*. Paris.

ICOMOS (2011). *Orientação sobre avaliações do impacto do património para propriedades do património cultural mundial*. Paris.

https://www.icomos.org/world_heritage/HIA_20110201.pdf

ICOMOS (2017). *Revisão técnica do Hotel Desportivo*. Charenton-le-Pont: ICOMOS

Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO e ICOMOS (2009). *Relatório da Missão de Monitoramento, 2 e 11 de fevereiro de 2009*. Paris.

UNESCO (2001). *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático*. Paris.

<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/underwater-cultural-heritage/2001-convention/official-text/>

UNESCO (2017). *Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial*. Paris. <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>

7 ANEXOS

Anexo 1 - Declaração Retrospectiva do Valor Universal Excepcional (RSOUV)

Adoptado em 2015 pela Decisão 39 COM 8.E

Breve Síntese

A Ilha de Moçambique é um recife de coral calcário situado a 4 km da costa continental na entrada da Baía Mossuril do Oceano Índico, na Província de Nampula, na República de Moçambique. Uma ponte construída na década de 1960 une a ilha ao continente. A ilha forma um arquipélago com duas pequenas ilhas desabitadas, as Ilhas de Goa e Sena a leste.

As comunidades insulares estão intimamente associadas à história da navegação no Oceano Índico, uma vez que a ilha desempenhou um papel único nos elos comerciais intercontinentais do século X. A sua importância histórica internacional diz respeito ao desenvolvimento e estabelecimento de rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o subcontinente indiano.

A Ilha de Moçambique tem dois tipos diferentes de moradias e sistemas urbanos. A cidade de pedra e cal de Swahili, influências árabes e europeias na metade norte, e a macuti town (cidade de folhas de palmeira telhada) da arquitetura tradicional africana no sul. A cidade de pedra e cal, com suas propriedades administrativas e comerciais, foi a primeira sede do governo colonial Português que durou de 1507 a 1898. Posteriormente, a capital foi transferida para Lourenço Marques agora Maputo. O tecido urbano e as fortificações da Ilha de Moçambique são exemplos excepcionais de técnicas de arquitetura e construção resultantes da diversidade cultural e da interação de pessoas de origem Bantu, Swahili, Árabe, Persa, Indiana e Europeia.

A incrível unidade arquitetônica da ilha deriva do uso ininterrupto das mesmas técnicas de construção com os mesmos materiais e os mesmos princípios decorativos. O patrimônio da ilha também inclui sua fortaleza mais antiga (St. Sebastian, 1558-1620), outros edifícios defensivos e numerosos edifícios religiosos (incluindo muitos do século XVI).

Critério (iv): A cidade e as fortificações na Ilha de Moçambique são um exemplo notável de uma arquitetura na qual as tradições locais, as influências portuguesas e, em menor grau, as influências indianas e árabes estão todas entrelaçadas.

Critério (vi): A Ilha de Moçambique é um testemunho importante do estabelecimento e desenvolvimento das rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental e o subcontinente indiano, e daí toda a Ásia.

Integridade

Os limites abrangem toda a ilha de Moçambique. As outras duas ilhas do arquipélago estão na zona de amortecimento. O limite inclui todos os principais atributos de valor universal excepcional. No entanto, a configuração da ilha é vulnerável e a zona tampão precisa ser estendida.

Os importantes atributos arquitetônicos e técnicas de construção de alvenaria da fortaleza não utilizada e os prédios defensivos, religiosos e administrativos permanecem na cidade de pedra e cal, embora todos requeiram restauração. Muitos edifícios históricos estão em estado de decadência avançada, com alguns em ruínas.

Na cidade de macuti, um enorme afluxo populacional ocorrido durante os 16 anos de guerra (1976-1992) levou à superlotação e à pobreza, problemas de abastecimento de água e saneamento, erosão e a grave decadência dos edifícios, a infraestrutura técnica e o ambiente construído. Na cidade de macuti, a escassez e os custos elevados dos materiais de construção não foram propícios à manutenção ou melhorias.

O estado de conservação do patrimônio arquitetônico não foi totalmente satisfatório no momento da avaliação do ICOMOS. Em 2011, as condições foram ainda piores devido a pressões populacionais extremas. A integridade da ilha principal é altamente vulnerável.

A ilha também está no caminho dos ciclones e muito trabalho de recuperação para os edifícios danificados foi necessário como resultado da devastadora tempestade de 1994.

Autenticidade

As casas e estruturas existentes na ilha fornecem evidências de que os materiais e técnicas de construção são originais. A maioria dos edifícios que tinham funções administrativas, comerciais e militares ainda mantêm a mesma forma geral e designam de seu período de construção, mas a conservação de um monumento vivo, entrelaçada com problemas sócio-econômicos difíceis e demandas mutáveis no tecido urbano, requerem uma abordagem particularmente sensível.

Baseando-se e reforçando a natureza autêntica restante da propriedade, um estudo abrangente intitulado "Uma Agenda para o Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integral", com recomendações relevantes que reconheceram totalmente a autenticidade remanescente das ilhas, foi preparado após uma missão detalhada em 1996.

No entanto, as residências tradicionais mudaram de forma e designam em conseqüência das diferentes influências e das circunstâncias sociais e econômicas que afetam a ilha. Se as tendências actuais de desenvolvimento não forem revertidas, e sua transformação através do uso de materiais de construção modernos continuar, existe uma possibilidade real de que a autenticidade da cidade macuti possa ser comprometida. A autenticidade geral da propriedade é altamente vulnerável.

Requisitos de proteção e gerenciamento

Desde 1878, os estatutos locais restringem as mudanças no ambiente urbano e, em princípio, eles ainda são válidos. A lista de Monumentos Históricos Classificados elaborada pela antiga Comissão colonial de Monumentos e Relíquias Históricas em Moçambique, em 1943, e anos subsequentes, está presentemente a ser ajustada de acordo com novos critérios sob a política do Monumento Nacional.

A Lei de Protecção do Património Cultural Moçambicano (Lei nº 10/88) determina que toda a cidade velha é explicitamente classificada como conjunto urbano e que todos os edifícios com mais de 1920 são classificados como património cultural nacional a registar no Cadastro Nacional de Património Cultural dentro do Ministério da Cultura. Segundo essa Lei, também é definido o dever de qualquer detentor de património cultural classificado para garantir e manter a propriedade.

Desde a independência em 1975, a Constituição moçambicana estipulou a propriedade de edifícios, segundo a qual as condições de uso e lucro são governadas pelo Estado. Em 1976 todos os edifícios para alugar foram nacionalizados e a Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE) foi estabelecida como responsável pela arrecadação de aluguel - dos quais 30% foram destinados para cobrir a administração do APIE e manutenção predial. No entanto, esta medida não resultou devido aos desafios globais a serem enfrentados.

Em 1975, foi organizado o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades e, em 1977, foi criada uma Brigada de Conservação e Restauração da Ilha de Moçambique, seguida de um Gabinete para a Conservação e Restauo de Monumentos, em 1980. Iniciou-se um programa de cooperação com os Países Nórdicos. em 1983, mas isso durou apenas dois anos, devido à insegurança criada pela situação de guerra.

A Lei para a Protecção do Património Cultural de Moçambique foi aprovada em 1988 e declarou automaticamente toda a ilha como património cultural nacional. O Ministério da Cultura foi formalmente identificado como responsável pela protecção do património cultural através da Direcção Nacional do Património Cultural, mas esta unidade foi abolida em 1996. No entanto, os dois Departamentos de Museus e Monumentos continuaram a coordenar as actividades na ilha.

Em consequência das conclusões detalhadas do relatório de missão de 1996 no Programa de Desenvolvimento Humano Sustentável e Conservação Integral, um programa internacional de dois anos financiado em conjunto iniciou vários micro-projetos de água e saneamento, desenvolvimento de turismo e restauração de património.

As missões de relatórios subsequentes em 2000, 2003, 2005, 2006, 2007 e especialmente a de 2010 revelaram alguns progressos positivos, incluindo a criação de um novo Ministério para a Cultura, com o restabelecimento da Direcção Nacional do Património Cultural. e o reforço dos controles de desenvolvimento. Ecoando as outras descobertas, a missão de 2010 observou que ainda havia muito a ser feito, particularmente no que diz respeito à coordenação de trabalhos de conservação e treinamento; deter o colapso dos edifícios; abordar os problemas de abastecimento de água e esgoto; a implementação de um plano de ação de emergência; a prestação de uma autoridade responsável; o delineamento de uma zona tampão; e progresso em relação a descobertas anteriores da missão.

Além disso, em 2006, o Governo aprovou um estatuto especial para a ilha e criou um Gabinete de Conservação que está agora estabelecido, mas necessita de pessoal mais especializado.

Um plano de gestão para a propriedade do Património Mundial foi finalizado e aprovado pelo Governo de Moçambique em 2010, com o apoio de diferentes parceiros internacionais, incluindo a UNESCO, o Fundo do Património Mundial Africano e o Programa África 2009. O plano garantirá a protecção dos aspectos tangíveis e intangíveis da propriedade e de sua zona de amortecimento, através do reconhecimento formal de sistemas de protecção tradicionais que existem há décadas e de outras medidas.

Uma comissão técnica foi estabelecida também para a Ilha. Um programa de cooperação com o Centro do Patrimônio Mundial está analisando como o sistema de gestão pode se beneficiar de idéias dentro da Iniciativa e Paisagem Histórica e também está ajudando a delinear uma zona tampão que precisa ser submetida ao Comitê do Patrimônio Mundial para aprovação.

A propriedade está em um estágio crítico e há a necessidade de trazer expertise multidisciplinar para ajudar no apoio a uma importante iniciativa para promover o desenvolvimento sustentável à luz de problemas maciços de superlotação e ameaças ao tecido construído e espaços urbanos.

Anexo 2 Termos de Referência da missão

Em resposta ao pedido do Comitê do Patrimônio Mundial em sua 40ª sessão em Istambul (julho de 2016) para que o Estado Parte de Moçambique convide uma missão de monitoramento reativo do Patrimônio Mundial / ICOMOS / ICCROM para a Ilha de Moçambique (Decisão 40 COM 7B. 15), e a carta de convite recebida pelo Secretariado do Estado-parte em 8 de dezembro de 2017, uma missão conjunta visitará a propriedade do Patrimônio Mundial entre 7 e 12 de março de 2018 e reunir-se com autoridades nacionais e locais, representantes das comunidades locais e outras partes interessadas relevantes, a fim de:

1. Conforme solicitado pelo Comitê, avalie o progresso feito na revisão do Plano de Conservação e Gestão, ou [se o projeto estiver disponível] Examine o projeto do Plano de Conservação e Gestão eo Plano de Ação correspondente, a ser adotado em fevereiro de 2018 (a confirmar). Com especial destaque para as medidas a abordar:

- Preparação para desastres,
- Aumento populacional na ilha,
- Continuação do reforço do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM),
- Coordenação entre vários intervenientes institucionais,
- Mais interação com parceiros para assistência técnica e captação de recursos e formular recomendações para revisões ou ações quando necessário ou apropriado;

2. Avaliar a proposta de revisão da Zona de Amortecimento anexa ao Relatório do Estado de Conservação submetido ao Centro do Patrimônio Mundial em 8 de dezembro de 2017, em conformidade com o parágrafo 107 das Diretrizes Operacionais;

3. Avaliar o progresso feito pelo Estado Parte para atualizar a legislação para a proteção e conservação da propriedade;

4. Após a revisão técnica do ICOMOS relativa ao projeto Hotel Desportivo em outubro de 2017, avaliar a aplicação das recomendações feitas ao projeto de acordo com o Parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais;

5. Com base nas informações recebidas no relatório de andamento de fevereiro de 2017 e no relatório sobre o estado de conservação de dezembro de 2017, avaliar:

- As intervenções realizadas na reabilitação do Hospital da Ilha de Moçambique;
- A proposta de projeto da empresa SOLNATUR para a Fortaleza de São Lourenço, apresentada à Direção Nacional do Patrimônio Cultural em setembro de 2017 e o potencial do projeto para impactar negativamente o Valor Universal Excepcional (VUE) da propriedade, incluindo sua autenticidade. Ou integridade, de acordo com o Parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais.

Com relação a esses projetos, considere como a Avaliação de Impacto de Patrimônio (HIA) em conformidade com o Parágrafo 110 das Diretrizes Operacionais poderia ter ajudado no desenvolvimento desses projetos e discuta como as AIDs podem ser realizadas como parte dos processos de planejamento;

6. Avaliar quaisquer outros projetos de desenvolvimento que possam ter o potencial de afetar adversamente o VUE da propriedade, inclusive sua autenticidade ou integridade, de acordo com o Parágrafo 172 das Diretrizes Operacionais;

7. Avaliar o estado geral de conservação da propriedade e a eficácia dos regimes de proteção e manejo, incluindo, em relação à cidade de Macuti, a consideração de:

- Saneamento, especialmente nas praias,
- O fenômeno do abandono das técnicas tradicionais de construção devido à falta de macuti e mudanças no estilo de vida, e os esforços feitos para reviver esta tradição através de programas de educação e conscientização.

8. Fornecer recomendações para medidas para lidar com ameaças ou vulnerabilidades.

Prepare um relatório de missão conjunta, seguindo o formato anexo, em inglês ou francês, para revisão pelo Comitê do Patrimônio Mundial em sua 42ª sessão (Manama, 2018).

O Estado Parte deve facilitar as visitas de campo necessárias a locais chave e também organizar gentilmente as reuniões necessárias com as instituições e partes interessadas relevantes envolvidas na gestão da propriedade do Patrimônio Mundial.

Anexo 3 Itinerários e Programa da Missão

Dia	Hora	Actividade	Local
Terça Feira 6 de Março de 2018	14h50	Partida de Muhammad Juma de Zanzibar para Nampula através de Dar-es-Salaam e Joanesburgo	Noite no Aviao
	16h45	Partida de Mariana Correia do Porto para Nampula através de Frankfurt e Joanesburgo	
	18h30	Partida de Laura Frank de Paris para Nampula através de Frankfurt e Joanesburgo	
Quarta Feira-7 de Março 2018	14h30	Chegada da Missão Conjunta de Vigilância Reactiva em Nampula Aeroporto, Moçambique	
	15h30-18h30	Viagem de carro de Nampula para a Ilha	
	18h30	Chegada na Ilha de Moçambique	Hotel Feitoria Rua Amílcar Cabral, Bloco 16, n°17. Ilha de Moçambique
	19h00	Momento cultural (dança e canto local)	GACIM
	19H30	Encontro com o GACIM para introdução geral, apresentação do relatório e confirmação do programa de trabalho	GACIM
Quinta Feira 8 De Março de 2018	8h00	Encontro com o GACIM	Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM)
	9h00	Visita ao Edifício da Alfândega	Edifício da Alfândega
	9h30	Visita à Ponte do Cais - Ponte de Cais	Ponte de Cais
	10h30	Visita ao Museu da Ilha de Moçambique	Museum Building
	12h00	Encontro com o representante de Sua Excelência o Prefeito de a Câmara Municipal da Ilha de Moçambique	Escritório do prefeito da Câmara Municipal
	14h00	Visita ao Complexo Desportivo	No edifício do Desportivo
	15h00	Visita à Fortaleza de São Sebastião	Fortaleza
16h30	Visita à cidade de Macuti	Cidade de Macuti	
Sexta Feira-9 De Março de 2018	7h00	Partida para o distrito de Mossuril de carro	
	9h00	Visita à Rampa dos Escravos	Distrito de Mossuril
	10h00	Visita à Primeira Igreja	Distrito de Mossuril
	11h00	Visita ao Palácio dos Governadores	Distrito de Mossuril
	12h00	Reunião com o Secretário Permanente do Distrito de Mossuril	Official Building in Mossuril
	14h00	Visita à Escola de Mossuril	Mossuril
	15h00	Regresso à Ilha de Moçambique de carro	
	17h00	Visita e Encontro no Hospital da Ilha de Moçambique	Hospital
19h00	Encontro com o Arquitecto do Complexo Desportivo	Villa Sands	
Sabado-10 de Março de 2018	8h00	Visita a uma casa reabilitada	Stone town
	9h00	Encontro com a sociedade civil / comunidade local	GACIM
	12h00	Encontro com pesquisadores de Arqueologia Subaquática	Escondidinho Guest House
	14h00	Visita de barco pela Ilha de Moçambique	Mar
	16h00	Visite (do barco) a Fortaleza de São Lourenço	Mar
	17h00	Visita a projetos de desenvolvimento na cidade de Pedra e Cal	Cidade de pedra
20h00	Encontro com a GACIM	Hotel Feitoria	

Sabado 11 Março	8h00	Partida para o aeroporto de Nampula de carro	Distrito de Mossuril
	14h00	Voo Aéreo TM0191 de Nampula para Maputo	Nampula-Maputo
	17h30	Visita ao Monumento à Matola e ao Centro de Interpretação	Matola
	21h00	Hotel em Maputo	Hotel Atlantis, Cidade de Maputo Av.24 de Julho, nº1663
Segunda 12 Março	9h00	Encontro com o Escritório da UNESCO em Maputo	Escritório da UNESCO em Maputo
	10h30	Encontro com a Comissão Nacional da UNESCO	Comissão Nacional da UNESCO
	11h30	Encontro com a Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico de Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	Faculdade de Arq. na Universidad Eduardo Mondlane
	14h00	Encontro com o Departamento de Arqueologia e Antropologia UEM	Faculdade de Arqueologia Universidade Eduardo Mondlane
	16h00	Encontro com a Direcção Nacional do Património Cultural	Ministério da Cultura Av.10 De Novembro
Terça Feira 13 Março	7h30	Partida de Muhammad Juma de Maputo para Zanzibar através de Johannesburg e Dar-es-Salaam	Noite no avião Chegada em 14 De Março
	15h40	Partida de Laura Frank de Maputo para Paris através de Johannesburg e Zurique	
	15h40	Partida de Mariana Correia de Maputo para o Porto através de Johannesburg e Frankfurt	

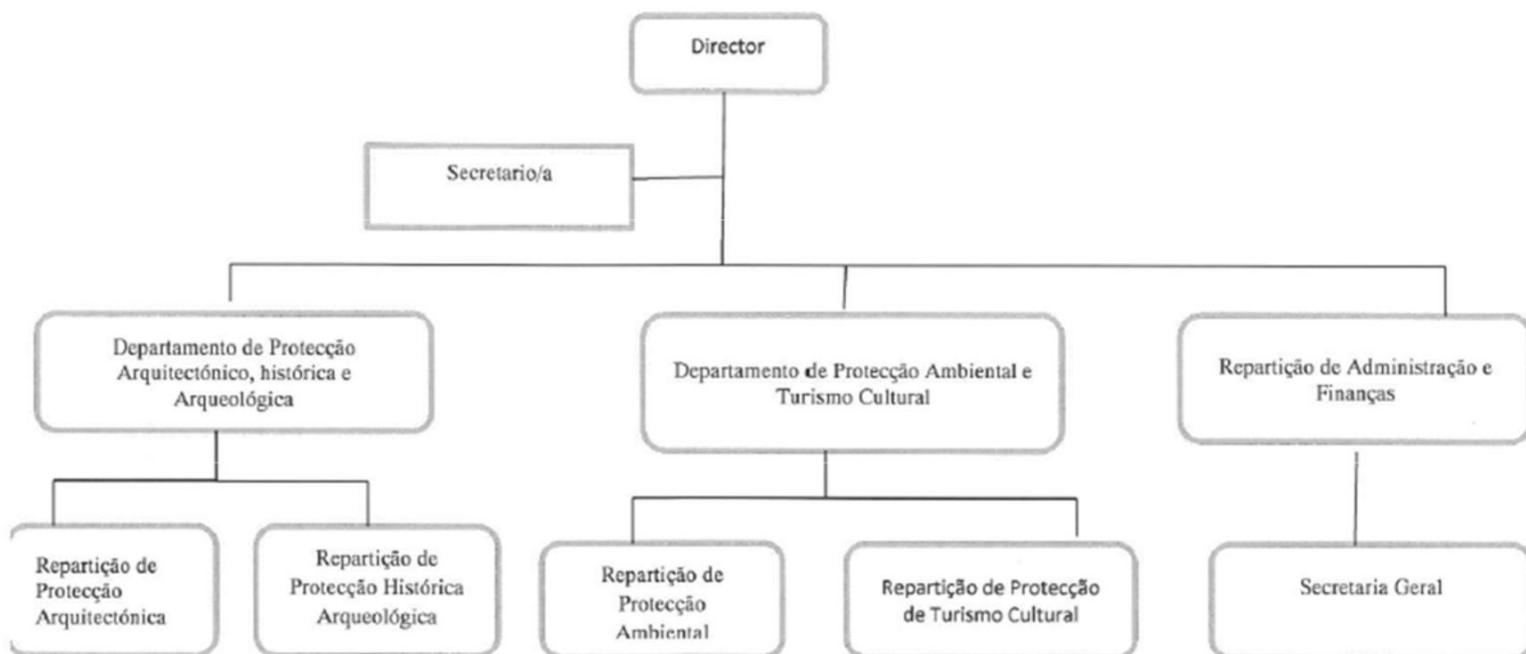
Anexo 4 Composição da equipe missionária

A equipe da missão e os autores deste relatório são:

Mariana Correia, Arquiteta, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) Laura Frank, Oficial de Programas Associados, Centro do Patrimônio Mundial, UNESCO

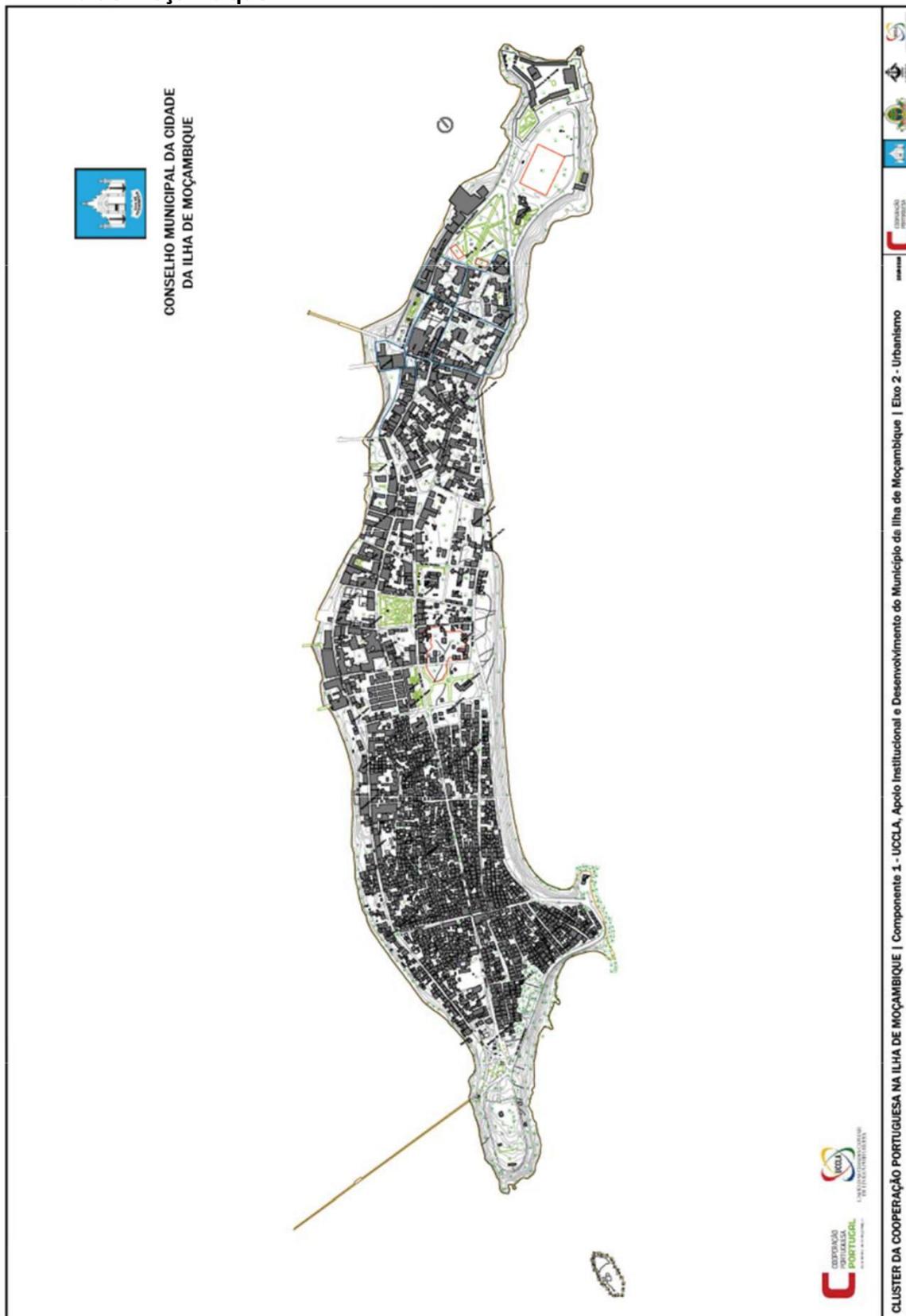
Sr. Muhammad Juma, Arquiteto, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração da Propriedade Cultural (ICCROM)

Anexo 5 Organograma do GACIM

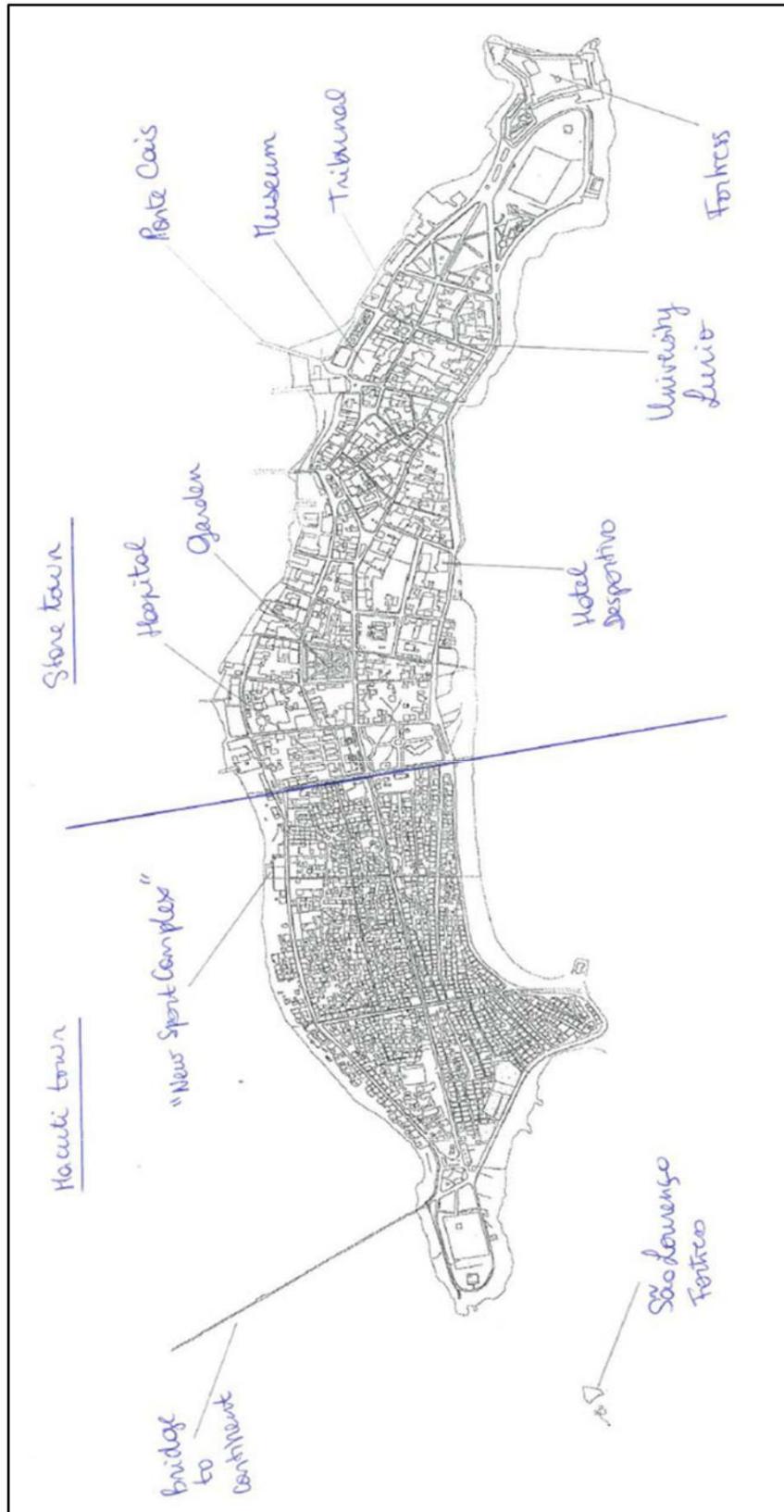


Annex 6 Maps

1. Ilha de Moçambique



2. Principais edifícios ligados ao relatório



3. Delimitação da zona tampão aprovada em inscrição em 1991



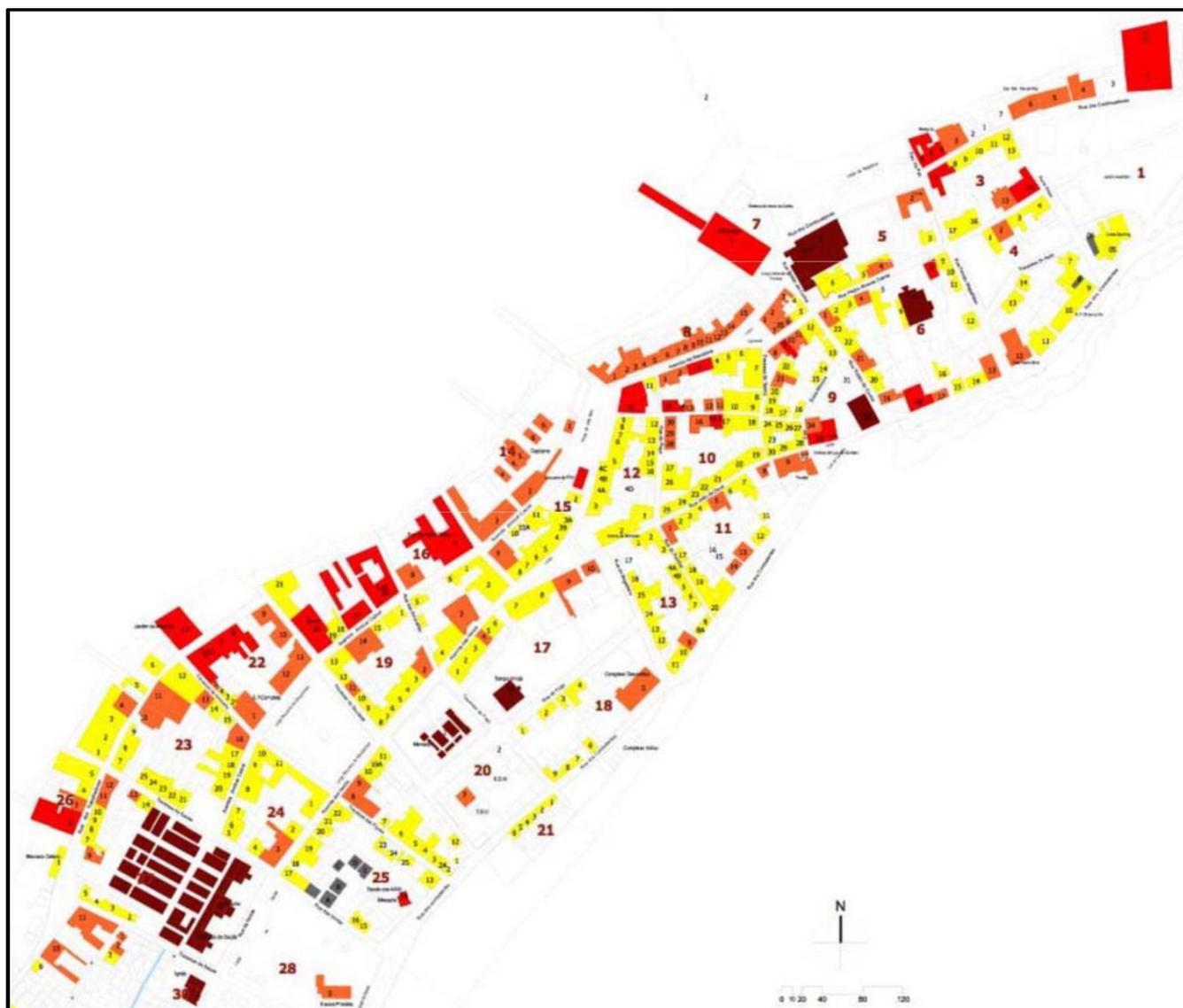
4. Delimitação da Zona de Amortecimento proposta em 2011



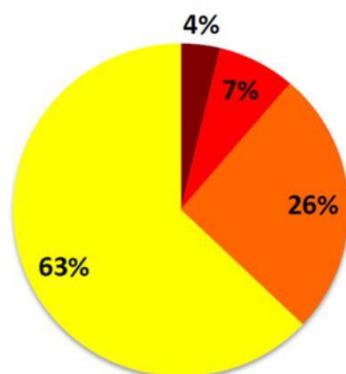
5. Delimitação da proposta de zona de amortecimento em 2017



6. Edifícios classificados da cidade de Stone and Lime



■ A ■ B ■ C ■ D



Anexo 7 Lista detalhada de pessoas atendidas durante a missão

Nome	Função	E-mail	Número de Telefone
GACIM (Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique)			
Mr Celestino Girimula	Director	c.girimula@yahoo.com.br	Tel: + 258 84 527 02 35
Agostinho Mabota	Departamento de Proteção de Arquitetura, História e Arquiologia	mabota77@gmail.com	Tel: + 258 841782264
Claudio Zunguene	Departamento de Proteção de Arquitetura, História e Arquiologia	claudionzunge@gmail.com	
Manhunha Domingos Bolacha	Intérprete		
Luísa de Sousa Artur	Chefe de Administração e Divisão Financeira	luisaartur1981@gmail.com	Tel: + 258 842904749
Luísa Joana Almeida	Chefe do Departamento de Proteção Ambiental e Turismo cultural	maninhacece2014@gmail.com	Tel: + 258 844762879
Teresa da Conceição Viana	Technician, Department of Environment Protection and Cultural Tourism	teresadaconceicaooviana@gmail.com	Tel: + 258 842660755
Rajabo Mussa	Técnico, Departamento de Administrativo e Financeiro Divisao	rajabomussa23@gmail.com	Tel: + 258 842091409
Salma Zainadine Madi	Colaboradora	szainadine@hotmail.com	Tel: + 258 846270997
Filipe Alage	Estagiário	alagefilipe@gmail.com	
Museu da Ilha de Moçambique			
Silvério João Nauaito	Director	nauaito@yahoo.com.br	tel: + 258 82 425 84 90
José Andrade	Guia, conservação e Restauração	jandrades81@yahoo.com.br	tel: + 258 84 266 61 45
Edifício Alfandegário da Ilha de Moçambique			
Eusébio Piloto Coelho	Director	coelhoep@yahoo.com.br	
Município - Ilha de Moçambique			
Amade Chande	Representante do prefeito - Infraestrutura e urbanismo	amadechande.ac@gmail.com	Tel: + 258 84 546 33 01
Abdulcarimo Abacar Arera	Director dos serviços urbanos		Tel: + 258 84 73 29 420
Ussene Mussa	Urbanista - especialista em GPS		Tel: +258 87 127 74 46
Dàudo Juma	Urbanista		Tel: + 258 84 777 78 89
Juma Momade	Urbanista		Tel: + 258 84 481 98 12
Distrito de Mossuril			
Alfredo Catine Maxlhaieie	Secretário Permanente do Distrito		
Francisco Manuel Pilima	Chefe de Cultura do Distrito		
Sociedade Civil - Ilha de Moçambique			
Carla Magalhães	Casa Branca, Mooxeleliya		
Flora Magalhães	Casa Branca, Mooxeleliya		

Antoine Millerious	O Escondidinho Guest House	escondidinho.reservas@gmail.com ilhatur@teledata.mz	tel: + 258 84 389 86 28 + 258 84 35 42 070
Vasco Ribeiro	Cooperacao Portuguesa		
Bruno Musti	Jardim do Aloés B & B	jardim.aloes@gmail.com	tel: + 258 84 213 1488
Adamo Braimo	Secretário do Bairro Marangonha		
Raibo Mussa	Secretário Bairro Macaribe		
Mussouge Faquiro	Secretário Bairro Museu		
Ibraimo Antonio Mahando	Lider Religioso Conselho Islamico		
Martinho Caroha	Secretário Bairro de Areal Ilha		
Tomas Gaita	Secretário Bairro de Litine Ilha		
Amissi Oussení	Regulu Meoribo		
Muanjuma Abacar	Secretaria Bairro Unidade		
Hafiz Jamu	Confraria Muçulmana Qadinya Baghdad	hafizjumu@hotmail.com	tel: + 258 82 60 559 92
Património Subaquático - Ilha de Moçambique			
Ricardo Duarte	Arqueólogo	rmtduarte@gmail.com	tel: + 258 84 244 48 98
Yolanda Pinto Duarte	Arqueólogo	yolandampinto@gmail.com	tel: + 258 84 244 48 99
Momade Ossumane	Associação dos Pequenos Empresários Turísticos da Ilha de Moçambique	dinhodailha@yahoo.com.br	tel: + 258 846015780
Projectos de desenvolvimento - Ilha de Moçambique			
Yorick Houdayer	Arquitecto - Ilha de Moçambique Hospital - Consultor para José	yorickhoudayer@gmail.com	tel: + 258 84 300 99 55
Muhammad Cassimo	Arquitecto-ilha de Mocambique Hospital - Consultant for José Forjaz, Arqs.	mcassimo@yahoo.com.br	tel: + 258 84 900 99 17
Markus Antmann	Architect - Hotel Desportivo	marcus.atuman70@gmail.com	tel: + 258 84 605 19 85
Escritório da UNESCO em Maputo			
Djaffar Moussa-Elkadhum	Chefe de Gabinete e UNESCO Representante	b.moussa-elkadhum@unesco.org	Tel: +258-823000499
Ofélia da Silva	Oficial Nacional de Cultura	o.da-silva@unesco.org	Tel: +258823154650/660
Comissão Nacional para a UNESCO			
Elia dos Anjos Vaz Bila	Secretario Geral	ebila.natcom@tycabo.co.mz elia.bila@mined.gov.mz	tel: + 258 82 31 95 450 tel: + 258 84 31 400 50
Paulino RICARDO	Diretor de Programas Sênior para Cultura, Documentação e Em formação	cdocnum@zebra.uem.mz pricardo.natcom@tv cabo.co.mz moznatcom@tv cabo.co.mz	tel : +25821493385 +258842173651 +258828237240
Universidades-Maputo			

Luis Eugénio da Silva Lage	Arquitecto de Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arquitecto e Planeamento Físico	genasl@hotmail.com	tel: + 258 82 395 1570
Julio Carrilho	Arquitecto de Universidade Eduardo Mondlane, Departamento de Arquitetura e Planeamento Físico		
Hilario Madiquida	Arqueólogo de Universidade Eduardo Mondlane chefe de Departamento de Arqueologia e Antropologia	hmadiquida@yahoo.com	
Direcção Nacional do Património Cultural (DNPC) – Maputo			
Célio Tiane	Director de DNPC	celiotiane@gmail.com celiotiane2001@yahoo.com.br	Tel: +258 82 764 0240
Celestino Siane	Diretor do Departamento de Ponto focal no DNPC	celestinosiane@gmail.com	Tel: + 258 84 458 4808

ANEXO 8 REGISTRO FOTOGRÁFICO

Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma

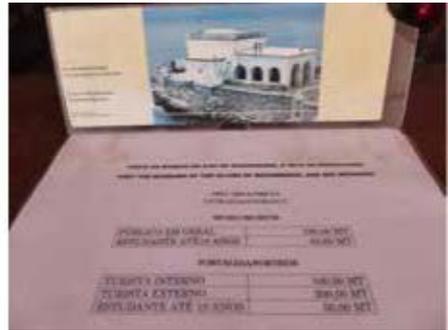


Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma





Photo credits: Mariana Correia, Laura Frank, Muhammad Muhammad Juma



